



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA-AL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ALISSON CARLOS DOS SANTOS LIMA

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE
GEOPOLÍTICA – UM ESTUDO APLICADO AO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL (2023 – 2024)**

DELMIRO GOUVEIA- AL

2024

ALISSON CARLOS DOS SANTOS LIMA

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE
GEOPOLÍTICA – UM ESTUDO APLICADO AO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL (2023 – 2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Alagoas, Campus do
Sertão, como requisito para a obtenção do título de
Graduado em Geografia - Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. José Alegnoberto Leite
Fechine

DELMIRO GOUVEIA- AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

C331fi Lima, Alisson Carlos dos Santos
A importância da leitura cartográfica no ensino de geopolítica -
Um estudo aplicado ao 9º ano do ensino fundamental (2023-2024) /
Alisson Carlos dos Santos Lima. - 2024.
81 f. : il.

Orientação: José Alegn Roberto Leite Fechine.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal
de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Ensino de Geografia. 2. Cartografia. 3. Geopolítica. 4.
Ensino Fundamental. 5. Educação. I. Fechine, José Alegno-
Roberto Leite, orient. II. Título.

CDU: 373.3:911

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): ALISSON CARLOS DOS SANTOS LIMA

“A IMPORTÂNCIA DA LEITURA CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOPOLÍTICA - UM ESTUDO APLICADO AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL (2023 - 2024)” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 21 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 JOSE ALEGNORBERTO LEITE FECHINE
Data: 24/10/2024 10:44:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Alegnorberto Leite Fechine – UFAL /Campus do Sertão

1º Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 CARLA TACIANE FIGUEIREDO
Data: 25/10/2024 21:18:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Dra. Carla Taciane Figueiredo – UFAL /Campus do Sertão

2º Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 LEONIDAS DE SANTANA MARQUES
Data: 24/10/2024 11:29:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leônidas de Santana Marques – UFAL /Campus do Sertão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por me amparar e proteger em momentos de crise e pela sabedoria de continuar seguindo com resiliência e responsabilidade nesse importante processo de formação.

Dedico este trabalho à minha família, pelo incentivo que possibilitou minha chegada até aqui, em especial à minha mãe, que desde o Ensino básico me apoiou em minha jornada. Expresso minha gratidão ao meu Pai, à minha irmã, à minha avó e ao meu sobrinho Rhael, que desde seu nascimento tem sido luz e magia em nossas vidas.

Ao professor e orientador, José Alegnberto Leite Fechine, pelas contribuições no âmbito da ciência cartográfica e da Geografia Teorético-Quantitativa, bem como pela confiança em me orientar desde a delimitação do problema de pesquisa.

Ao professor Lucas Gama, que admiro muito por sua capacidade inspiradora de conduzir as aulas e pela solicitude com seus alunos, bem como pelas suas colocações que instigam a desenvolver o pensamento crítico e a compreensão histórica.

Ao professor Leônidas Marques, pelas valiosas contribuições desde a disciplina de Didática. Cujo suporte possibilitou o desenvolvimento da estrutura do trabalho e das habilidades da escrita acadêmica.

À Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, por promover o Ensino, pesquisa e extensão de forma gratuita e de qualidade. O que possibilitou experiências importantes em meu processo de formação. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte do quadro de disciplinas do Curso de Licenciatura em Geografia durante esses anos.

Às escolas onde realizei os Estágios supervisionados, que também foram as escolas onde estudei durante o Ensino Fundamental e Médio. Nesses lugares tive o privilégio de rever meus professores e conhecer os professores Lizan, Jorge, Janderson e Rosângela, que me confiaram suas turmas e foram colaborativos. Especialmente a Escola Municipal Manoel de Almeida Kasprzykowsky e o professor Jorge, onde através do Estágio II idealizei essa pesquisa, e um ano depois apliquei o questionário.

Por fim, sou grato aos meus colegas de curso (turma 2020.1), e especialmente aos meus amigos de viagem à UFAL Sertão, Gabriel Francisco, José Vitor, Cleverson, Cleiton e Aleferson, que deixaram essa jornada mais leve e descontraída.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discute a importância das representações cartográficas para o desenvolvimento do raciocínio geográfico, da alfabetização cartográfica e da compreensão geopolítica a partir do 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa tem como objetivo realizar um estudo bibliográfico sobre algumas das principais teorias clássicas da geopolítica e o processo de ensino-aprendizagem desse campo de estudo. Além disso, investiga os prejuízos causados pela ausência de representações cartográficas na abordagem de conteúdos geopolíticos, que exigem interpretação histórica e espacial de questões complexas. Durante a regência no Estágio Supervisionado II em 2023, foram diagnosticados problemas na leitura cartográfica dos alunos. Como plano de intervenção, foi elaborado um questionário para uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. Das 20 perguntas, 3 eram questões pessoais e 17 de múltipla escolha. A amostra contou com 28 alunos de uma escola pública do município de Paulo Afonso (BA), que responderam presencialmente ao questionário na tarde de 11 de setembro de 2024. Os resultados identificaram êxitos e lacunas em relação a questões básicas de localização e orientação, o que compromete significativamente a compreensão dos alunos sobre temas geopolíticos que exigem a visualização de informações complexas. Conclui-se, portanto, que a prática pedagógica com representações cartográficas é essencial para o desenvolvimento de competências que promovam, a princípio, a compreensão histórica e espacial dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Cartografia. Geopolítica. Ensino Fundamental. Educação.

ABSTRACT

This course conclusion work discusses the importance of cartographic representations for the development of geographic reasoning, cartographic literacy and geopolitical understanding from the 9th year of Elementary School onwards. The research aims to carry out a bibliographical study on some of the main classical theories of geopolitics and the teaching-learning process in this field of study. Furthermore, it investigates the damage caused by the absence of cartographic representations when approaching geopolitical content, which requires historical and spatial interpretation of complex issues. During Supervised Internship II in 2023, problems were diagnosed in the students' cartographic reading. As an intervention plan, a questionnaire was prepared for a 9th year elementary school class. Of the 20 questions, 3 were personal questions and 17 were multiple choice questions. The sample included 28 students from a public school in the city of Paulo Afonso (BA), who responded in person to the questionnaire on the afternoon of September 11, 2024. The results identified successes and gaps in relation to basic issues of location and orientation, which significantly compromises students' understanding of geopolitical topics that require the visualization of complex information. It is concluded, therefore, that pedagogical practice with cartographic representations is essential for the development of skills that promote, in principle, students' historical and spatial understanding.

Keywords: Teaching Geography. Cartography. Geopolitics. Elementary Education. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Prática de regência (Turma “9º Ano A” do Fundamental – Vespertino), Paulo Afonso – BA, 01 de agosto de 2023.	43
Figura 02 - Prática de regência (Turma “9º Ano B” do Fundamental – Vespertino), Paulo Afonso – BA, 01 de agosto de 2023.	43
Figura 03 - Temas de geopolítica que os alunos mais dominam.....	48
Figura 04 - Opinião dos alunos em relação a contribuição dos mapas para o melhor entendimento das questões geopolíticas.	49
Figura 05 - Meios que os alunos mais utilizam para aprender sobre os países e territórios do mundo.	50
Figura 06 - Conceito de Fronteiras	51
Figura 07 - Definição de fronteiras naturais	52
Figura 08 - Definição de fronteiras artificiais	53
Figura 09 - Problemática das fronteiras.	54
Figura 10 - Principais tipos de fronteiras.	55
Figura 11 - Definição de geopolítica	57
Figura 12 - Papel do Estado nas ações geopolíticas.	58
Figura 13 - Principais fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado.	59
Figura 14 - Poderes de controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país.....	60
Figura 15 - Geografia como ferramenta de serviço a interesse das superestruturas.	61
Figura 16 - Países do “Eixo” na Segunda Guerra Mundial.	62
Figura 17 - Países “Aliados” na Segunda Guerra Mundial.	63
Figura 18 - Blocos econômicos durante a Guerra Fria.	64
Figura 19 - A divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich.....	65
Figura 20 - A divisão entre Ocidente e Oriente segundo critérios (Geopolíticos, econômicos e culturais).	65
Figura 21 - Divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich e segundo critérios geopolíticos, econômicos e culturais.	66
Figura 22 - Pontos cardeais na identificação dos hemisférios Oriental e Ocidental.	67
Figura 23 - Efeitos da globalização na geopolítica contemporânea	69

Figura 24 - Habilidades promovidas pelo Ensino de Geopolítica nos anos finais do Ensino Fundamental	70
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quais temas de geopolítica você mais domina?	47
Tabela 2 – Você acredita que o uso de mapas contribui com o melhor entendimento das questões Geopolíticas? (fronteiras, recursos naturais, conflitos territoriais, relações internacionais)	49
Tabela 3 – Além da sala de aula, qual meio você mais utiliza para aprender sobre os países e territórios do mundo?.....	50
Tabela 4 – O que são Fronteiras?	51
Tabela 5 – Como as fronteiras naturais podem ser definidas?	52
Tabela 6 – O que são fronteiras artificiais?	53
Tabela 7 – Por que as fronteiras artificiais podem ser problemáticas?	54
Tabela 8 – Quais são os principais tipos de fronteiras?	55
Tabela 9 – Podemos definir geopolítica como:	56
Tabela 10 – Sobre o papel do Estado nas ações geopolíticas podemos destacar.....	57
Tabela 11 – Quais são os principais fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado?	58
Tabela 12 – Dentre as teorias geopolíticas que analisam o controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país se destaca os poderes:	59
Tabela 13 – Historicamente, a geografia pode ser utilizada como ferramenta de serviço a interesse de grupos dominantes, sendo ele(s).....	60
Tabela 14 – Durante a Segunda Guerra Mundial, quais eram os países que faziam parte do “Eixo”?	61
Tabela 15 – Durante a Segunda Guerra Mundial, quem eram os países “Aliados”?.....	62
Tabela 16 – A Guerra Fria (1947-1991) foi o período de tensão entre dois blocos, sendo eles o bloco capitalista e o bloco socialista, representados respectivamente por	63

Tabela 17 – No período de Guerra Fria, o conceito de Ocidente passa por um processo de “regionalização” por parte de algumas instituições capitalistas, desconsiderando o Meridiano de Greenwich que divide o mundo em Oriente (Leste) e Ocidente (Oeste), diante disso, quais países são considerados “Ocidentais” mesmo estando a Leste do Meridiano?	65
Tabela 18 – Em 1949, o território da Alemanha foi formalmente dividido após a Segunda Mundial, dando origem a Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, para fins de orientação e localização o termo Oriental e Ocidental refere-se a:	67
Tabela 19 – Como a globalização afeta a Geopolítica contemporânea?	68
Tabela 20 – O que o Ensino de geopolítica pode promover aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental?	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
EUA – Estados Unidos da América
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
SIG – Sistemas de Informação Geográfica
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
3	REFERENCIAL TEÓRICO	19
	3.1. Uma reflexão inicial sobre as Fronteiras	19
	3.1.1. A abordagem multidisciplinar da geopolítica e a responsabilidade ética dos geógrafos.....	20
	3.2.Referencial teórico da geopolítica	25
	3.2.1. Relações e distinções entre a Geografia Política e a Geopolítica.....	27
	3.2.2. O determinismo geográfico e a influência dos recursos naturais renováveis e não renováveis nas ações geopolíticas.....	29
	3.3.Ensino de Geografia e de geopolítica: Desafios e possibilidades da educação com a ascensão das plataformas digitais	34
	3.3.1. A importância da prática pedagógica com representações cartográficas ...	38
	3.3.2. Pensar metodologias no processo de Ensino e Aprendizagem da cartografia e das questões geopolíticas	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE	76

1 INTRODUÇÃO

No contexto da educação básica, práticas com mapas são tradicionalmente regidas nas aulas de geografia para diversas finalidades, seja para que os alunos possam compreender os aspectos políticos ou físicos em diferentes escalas, ou mesmo para que possam analisar os fenômenos que ocorrem no planeta que direta e/ou indiretamente influenciam na dinâmica da sociedade e de suas realidades.

É dito que a cartografia é a arte e ciência de representar a realidade, e tem dentre seus produtos os mapas, que assim como as cartas e plantas tem por objetivo representar de forma bidimensional (plana), uma realidade que é tridimensional. Os mapas assim cumprem a função de representar os fenômenos geográficos em seus aspectos físicos, morfoclimáticos, demográficos, político-administrativos, geopolíticos, econômicos, dentre outros.

Atualmente, a educação enfrenta dilemas relacionados aos benefícios e prejuízos que os estímulos da informação propiciam, onde ao mesmo tempo em que a informática revolucionou o acesso às fontes de pesquisa e de obtenção de informação em um curto período, produziu diversos estímulos visuais aleatórios que promovem a distração.

No atual contexto da era da informática, muitas atividades humanas, incluindo a forma em que pesquisamos e estudamos, bem como a intensidade em que profissões ascendem e outras se reinventam, são um resultado dos avanços da 3ª Revolução Industrial, em que as diversas atividades humanas estão direta e/ou indiretamente relacionadas a dados e informações. E onde a globalização “retraiu” as distâncias e as fronteiras pelo avanço dos meios de transporte e de comunicação.

Diante disso, racionalmente podemos associar a “geração 2000”, a princípio, como potencialmente dependente da tecnologia, e que no processo de aprendizagem está habituada a aprender e produzir com o auxílio dela. Com isso, vivenciamos um cenário de multiplicidade de obtenção de valores, hábitos e comportamentos provocados por este fenômeno.

Diante dessas pontuações, este trabalho justifica-se por ter como objetivo realizar um estudo bibliográfico de algumas das principais teorias clássicas da geopolítica e o processo de ensino e aprendizagem desse campo de estudo, bem como investigar através do método da pesquisa-ação, os prejuízos gerados com a ausência de representações cartográficas ao abordar conteúdos relacionados às questões geopolíticas, que exigem a interpretação histórica e espacial de questões complexas.

Atividades voltadas a uma avaliação que seja diagnóstica, com o uso das ferramentas da cartografia e da metodologia ativa, podem contribuir com a qualidade da formação de alunos

para que eles não sintam a necessidade de se valer de técnicas relacionadas à memorização, resultando no posterior esquecimento do que foi ensinado consequente da ausência de uma metodologia prática e ilustrativa.

Através da experiência de regência em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, foi testado o quão importante é a atitude de indagar os alunos em relação a seus conhecimentos prévios sobre elementos do mapa como: título, orientação, legenda, escala, projeção, cores.

O motivador dessa pesquisa remonta o período de Estágio Supervisionado de Regência no Ensino Fundamental (entre o final de julho e início de agosto de 2023), onde através dos primeiros contatos com a prática docente, foi possível diagnosticar com indagações referentes às coordenadas geográficas (Norte-Setentrional, Sul-meridional, Leste-oriental, Oeste-Occidental), bem como sobre elementos históricos, potenciais dificuldades para uma compreensão eficiente dos conteúdos, e posterior despertar da consciência global, compreensão histórica e pensamento crítico.

O referencial teórico-conceitual deste trabalho abrange a análise de teorias da geopolítica em sua abordagem acadêmica e escolar. Logo, utilizou-se um levantamento bibliográfico acerca das origens por trás das teorias geopolíticas, desde Friedrich Ratzel, Kjéllen, Mackinder, Spykman e Mahan, até da crítica de Lacoste sobre a instrumentalização da Geografia para fins de poder. O trabalho também realizou uma análise em relação a noção de fronteiras, desde a perspectiva das fronteiras naturais às artificiais. Assim como apresentou uma análise em relação a influências dos recursos naturais, questão central na dinâmica de poder entre as nações.

A parte final deste trabalho discute a importância da prática pedagógica com representações cartográficas. Para os resultados, foi elaborado um questionário com questões de caráter qualitativo e quantitativo, onde através de uma amostra de 28 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, foi possível obter uma compreensão das percepções dos alunos em alinhamento com os conceitos nele estudados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui um caráter bibliográfico e investigativo acerca das teorias clássicas da geopolítica e do processo de ensino e aprendizagem desse campo de estudo. A pesquisa também tem como finalidade avaliar as habilidades dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental sobre os conteúdos que envolvem o tema dessa pesquisa. Para isso, foi realizada uma intervenção pedagógica de caráter diagnóstico durante a prática de regência no Ensino Fundamental em 2023 (Estágio Supervisionado II), onde observou-se algumas dificuldades em relação a habilidades da cartografia para um eficiente processo de ensino e aprendizagem da geografia histórica.

A pesquisa se divide em três momentos. Inicialmente, foram discutidas as teorias clássicas do Estado e as relações entre espaço geográfico e poder político. O objetivo inicial do presente trabalho foi interpretar as leituras para elaboração do referencial teórico. Em seguida, foram discutidos de forma prática e descritiva, as teorias geopolíticas desenvolvidas principalmente entre os séculos XIX e XX, que se caracterizaram como “darwinistas”, expansionistas e imperialistas.

No primeiro momento, realizou-se a leitura do material para a construção do referencial teórico-conceitual, que abrange a análise das teorias da geopolítica em sua abordagem acadêmica e escolar. No processo de escrita e análise bibliográfica, utilizou-se como fontes: livros e artigos acadêmicos. Em destaque: Yves Lacoste – **A Geografia serve antes de mais para fazer a Guerra** – Iniciativas editoriais, Lisboa 1977 – Trad. de: La Géographie, ça sert d’abord à faire la guerre – Maspéro, Paris 1976. e **Geografia e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder** / Wanderley Messias da Costa. 2 ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 1ª edição 1992 (Edusp/Hucitec). 2ª edição 2008 (Edusp).

Em relação ao livro didático, tomou-se como referência de análise dos conteúdos aplicados no Ensino Básico, o livro adotado durante a prática de regência (9º ano - 2023), bem como o do ano posterior em que ocorreu a aplicação do questionário (9º ano - 2024), sendo eles: **Tempo de geografia: 9º ano** / Axé Silva, Jurandir Ross. 4. Ed. – São Paulo: editora do Brasil, 2018. (Coleção Tempo) e **Araribá conecta geografia: 9º ano** : manual do professor / organizadora Editora Moderna : obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna ; editor responsável Cezar Brumini Dellore. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2022.

No segundo momento, foi discutida a importância da prática pedagógica com representações cartográficas, bem como a atual realidade em que se dá o ensino, para esse momento, utilizou-se como referência: Pretto, Nelson de Luca, 1954 - **Uma escola sem/com**

futuro: educação e multimídia/Nelson de Luca Preto; apresentação, Ismar de Oliveira Soares.
- 8. ed. rev. e atual. - Salvador: EDUFBA, 2013. 286 p.

No terceiro momento, foi realizado um questionário aplicado a uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, totalizando 28 alunos que responderam ao questionário, no dia 11/09/2024 (quarta-feira) em uma escola pública da Rede Municipal de Ensino. Foram elaboradas 20 questões, onde 3 eram questões de domínio pessoal em relação às questões geopolíticas, e as demais 17 eram questões de múltipla escolha. As questões envolviam temáticas relacionadas a geopolítica como: problemática das fronteiras, conceito e teorias da geopolítica, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, globalização e ensino de geopolítica, assuntos trabalhados nos primeiros bimestres do ano letivo (2024) da referida escola.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Uma reflexão inicial sobre as Fronteiras

Tradicionalmente, o conceito de fronteira é entendido pelas linhas que delimitam o território, podendo ser demarcadas por fronteiras naturais, ou delimitadas por fronteiras artificiais, com linhas imaginárias que representam a soberania dos Estados, seja de forma interna (municípios, Estados), ou externa (as nações). As fronteiras, embora possuindo essas finalidades (artificiais) e condições (naturais), podem ser desconstruídas. Seja pela ótica da globalização, ou pela cooperação internacional, bem como por perdas e expansões territoriais.

No campo da geografia e da história, a abordagem acerca das fronteiras em conteúdos aplicados por ambas as disciplinas, está vinculado muitas vezes aos efeitos robustos nas transformações dos territórios, desde as Grandes Navegações, o surgimento do capitalismo comercial, até as transformações modernas nos territórios.

Souza (2018) em seu artigo intitulado “Noções de fronteira na teoria e práxis do regionalismo: Uma visão crítica”; analisa a dinâmica das fronteiras nas últimas décadas. O autor discute como as fronteiras neste mundo globalizado, podem influenciar nas identidades regionais e na cooperação entre Estados (por meio de blocos econômicos).

Souza (2018) aponta três fases do regionalismo. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, para o autor, é fundamental contextualizar cada fase, sendo elas: antigo regionalismo (1945-1990), novo regionalismo (1990-2000), e regionalismo comparado (2000-hoje). Segundo o autor, o antigo regionalismo era caracterizado pela “epistemologia racionalista”, o novo regionalismo pela “epistemologia refletivista” e o atual regionalismo comparado pela “integração de ambas” para compreender as dinâmicas regionais atuais.

No antigo regionalismo, o contexto era de pós-guerra, Guerra Fria e despontar da Revolução tecnológica; no novo regionalismo as operações comerciais entre as nações se davam de forma cada vez mais intensa (Souza, 2018, p. 252). Nesse contexto marcado tanto pela materialização dos meios de comunicação, quanto pela “contração” das distancias, uma nova reflexão entorno das fronteiras era necessário, onde essas não seriam mais definidas exclusivamente pela ótica de “separação e controle estatal”.

Conforme Souza (p. 256), o dilema das cooperações *versus* sanções perdura nessa nova fase do denominado regionalismo comparado (2000-hoje). Onde podemos refletir que a integração do espaço propiciada por esse mundo globalizante não resolveu substancialmente questões territoriais que envolvem autonomia territorial, imperialismo/hegemonia das potências

econômicas e políticas, movimentos separatistas, e ações de países beligerantes. Podemos concluir que o que houve nesse estágio foram implicações na integração regional, onde através de acordos intergovernamentais, diferentes regiões e blocos econômicos se uniram para o desenvolvimento econômico de seus membros.

3.1.1. A abordagem multidisciplinar da geopolítica e a responsabilidade ética dos geógrafos

Cronologicamente, a geopolítica emergiu como uma ciência no final do século XIX, principalmente através dos trabalhos de pensadores como o alemão Friedrich Ratzel com a obra *Geografia Política*, de 1897. Onde Ratzel desenvolveu a noção de “espaço vital” (*Lebensraum*), e influenciou dentre tantos Kjéllen, um cientista político sueco que cunhou o termo “geopolítica” no início do século XX, como menciona Costa (1992, p. 16) em sua obra “Geografia Política e Geopolítica”.

Ratzel, conhecido por desenvolver a teoria do “Espaço vital” sob influência dos naturalistas e biólogos Ernest Haeckel e Charles Darwin, desenvolveu de forma empírica na obra *Antropogeografia* (1882 – 1891), a ideia de que o espaço geográfico influencia o desenvolvimento das nações. Onde o Estado agia como organismo vivo, uma entidade que se desenvolve e está relacionada com seu ambiente físico.

Costa (1992) aponta que para compreender as ideias de Ratzel é “necessário tomar o conjunto das condições que o influenciaram, dentre elas o contexto intelectual e político no qual desenvolveu os seus trabalhos”, que remonta um período marcado pela difusão de ideais imperialistas e expansionistas na Europa. O autor ainda destaca na biografia de Ratzel que “Sua formação inicial não foi a de geógrafo, tendo feito o curso de zoologia em Heidelberg, onde sofreu a influência direta de Haeckel e, através deste, do darwinismo, chegando a publicar alguns artigos de forte conteúdo naturalista-evolucionista”. (Costa, 1992, p.29-30).

Tanto a geografia quanto a geopolítica surgem como conhecimento sistematizado nesse período. Outra ideia que se destaca nesse contexto é a concepção de poder terrestre do geógrafo britânico Halford J. Mackinder, onde em seu artigo intitulado “*The Geographical Pivot of History*”, de 1904, Mackinder argumentava em sua teoria que o *Heartland* (Coração da Terra), que compreende áreas centrais da Eurásia compondo o território da Rússia e adjacências, historicamente dominada por diversos povos e impérios a exemplo dos cavaleiros da Ásia Central (mongóis, hunos e tártaros), eram a chave da hegemonia global, tanto pela pujança de

recursos naturais presentes nessa região, quanto pela localização geográfica, que se apresentava longe das potências navais.

Por outro lado, Nicholas J. Spykman (1893 – 1943), que foi um proeminente cientista político norte-americano, defendia que a verdadeira chave da hegemonia global se encontrava no Rimland (regiões costeiras da Eurásia). Que segundo ele, além de apresentarem recursos, eram rotas estratégicas por possuírem geograficamente áreas litorâneas. Além dessas teorias, destaca-se nesse contexto a vertente do poder naval, idealizada pelo então oficial da marinha norte americana Alfred T. Mahan. Em sua obra “*The Influence of The Sea Power upon History (1660-1783)*”, de 1890, Mahan defendia que o controle dos mares era essencial para a dominação global. Em suma, sua teoria defendia a importância do controle das vias navegáveis como canais, estreitos, oceanos e mares. Em seu entendimento, as nações que possuíam “capacidade geográfica” em sua delimitação territorial, de ter acesso ao mar, alcançariam a influência global.

Yves Lacoste (1976) em: “A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra”, é crítico da instrumentalização da geografia como ferramenta à serviço dos interesses dos grupos dominantes (políticos, militares e econômicos). Argumentando que, historicamente, a geografia foi utilizada para justificar conquistas territoriais e para fins estratégicos de guerra.

Consciente de que território e recursos naturais exalam poder, Lacoste então, reforça a necessidade da responsabilidade ética dos geógrafos, e de uma abordagem crítica e consciente na aplicação da geografia. Previamente, é um fato que a geografia surge sob forte influência das ciências naturais, demonstrando um caráter meramente descritivo da paisagem e do mundo. Inquieto com essa realidade à luz de sua reflexão sobre a função social da geografia, Lacoste argumenta que essa função é mais do que simplesmente descrever o mundo, mas também serve para perpetuar e justificar desigualdades, especialmente em contextos de guerra e conflito, onde o conhecimento geográfico é instrumentalizado para dominar territórios e controlar populações por interesses estatais ou privados.

O conceito de geopolítica muitas vezes carrega um estigma devido à sua associação histórica com estratégias de poder, rivalidades entre nações e domínio territorial, esse último associado a um dos objetivos do viés nazifascista, onde os então países do Eixo, em maior intensidade Alemanha e Japão, buscavam a princípio, expandir e propagar suas ideologias racistas, autoritárias, imperialistas e extremistas por meio do *blitzkrieg* (ataques surpresas), na primeira fase da Segunda Guerra Mundial (1939-1941).

Todavia, alguns críticos argumentam que o campo de estudo multidisciplinar da geopolítica pode promover uma visão simplista ou mesmo nociva das relações internacionais,

enquanto outros a veem como ferramenta de análise e compreensão das dinâmicas geopolíticas globais, compreendendo as relações de diplomacia de um lado, e análise sobre as políticas e estratégias dos Estados beligerantes da atualidade de outro.

Penha (2007, p. 133) aponta que no campo das Relações Internacionais, a Geopolítica ocupa um “*status* secundário no nível da interpretação acadêmica”, onde segundo a autora:

De modo geral, o pensamento liberal, triunfante nos tempos de globalização econômica, costuma associar as “Relações Internacionais” à cooperação e à organização multilateral e a “Geopolítica” à dimensão estritamente bélico-militar. Esse reducionismo se mantém desde a Segunda Guerra, quando a geopolítica nazi-fascista incorreu no erro de absolutizar o fator geográfico na política internacional. (Penha, 2007, p. 133)

No âmbito da geoestratégia, Silva (apud Penha, 1967, p. 160), ao contextualizar o ascendente nacionalismo expansionista alemão na Segunda Guerra Mundial, e posteriormente o surgimento da Guerra Fria pontua que - “Na prática, a geoestratégia seria a aplicação de uma reflexão geopolítica, já que se apoia em mapas, conceitos, dados, informações e análises históricas como meios eficazes de prevalecer sobre o oponente”.

Ainda no tocante à teoria da geoestratégia de Mackinder, que discute as dimensões territoriais e fronteiriças da Eurásia, Penha (2007, p. 138) conclui que o termo “geopolítica” pode ser interpretado em três tempos, onde o termo geoestratégia estaria relacionado ao futuro, “geoistória” ao passado, e geopolítica ao presente.

Conhecido por sua abordagem crítica da geografia tradicional, Yves Lacoste destaca a importância de considerar o contexto espaço-temporal da área de estudo. Além disso, dentre as dualidades presentes na Geografia, Lacoste (1976, p. 8) interpreta que existem duas formas da ciência: “a dos pesquisadores universitários e dos professores”. Onde, em suma, os pesquisadores universitários tendem a focar mais em questões teóricas e abstratas, enquanto os professores atuam na aplicação prática da geografia, com instrumentos “das lições de sala de aula e dos livros didáticos”.

Contemporâneo a um período de desenvolvimento das relações comerciais externas com o avanço técnico-científico-informacional, bem como de um século marcado por revoluções e avanços nos meios de transporte e comunicação, Lacoste (1976, p.8) desafia a percepção popular de que a geografia seja uma disciplina “simplória e enfadonha”, argumentando que a geografia é fundamental para compreender e influenciar conflitos geopolíticos e estratégias de guerra, algo que marca o século XX. Lacoste (1976) reforça que “o saber estabelecido pela

geografia do rei estava destinado não aos jovens alunos ou a seus futuros professores, mas aos chefes de guerra e àqueles que dirigem o Estado”.

No tocante à geografia escolar, Lacoste (1976) reflete sobre a necessidade do estímulo de um Ensino voltado a prática da leitura e análise cartográfica. O autor argumenta que a disciplina muitas vezes negligencia a ênfase da realidade social e política em favor das abstrações teóricas, nesse ponto Lacoste questiona:

Vai-se à escola para aprender a ler, a escrever e a contar. Por que não para aprender a ler uma carta? Por que não para compreender a diferença entre uma carta em grande escala e uma outra em pequena escala e se perceber que não há nisso apenas uma diferença de relação matemática com a realidade, mas que elas não mostram as mesmas coisas? Por que não aprender a esboçar o plano da aldeia ou do bairro? Por que não representam sobre o plano de sua cidade os diferentes bairros que conhecem, aquele onde vivem, aquele onde os pais das crianças vão trabalhar, etc.? Por que não aprender a se orientar, a passear na floresta, na montanha, a escolher determinado itinerário para evitar uma rodovia que está congestionada? (Lacoste, 1976, p. 25).

Essencialmente, a própria geografia é um saber político e estratégico, desde a forma mais pura de análise de seu objeto, o espaço geográfico. Lacoste (1976) defende, com esses questionamentos elencados, uma abordagem holística no ensino, com foco na realidade vivida dos sujeitos e na representação de suas localidades. O autor afirma que essa abordagem foi por vezes ignorada, para favorecer uma abordagem macro, mostrando de forma mais abrangente a pátria.

No que tange aos geógrafos universitários, especificamente os franceses, Lacoste afirma que:

A partir do fim do século XIX, desde que existe na França uma corporação dos geógrafos universitários, esta se caracteriza por sua preocupação em afastar os raciocínios geopolíticos que haviam sido, em larga medida, durante séculos, a razão de ser de uma geografia que não era ainda ensinada a estudantes, futuros professores, mas a homens de guerra e a grandes funcionários do Estado. De outro lado, foram essas preocupações políticas e militares que justificaram, ou tornaram possível, a confecção das cartas - enorme tarefa - sem as quais os geógrafos universitários não poderiam dizer grande coisa. (Lacoste, 1976, p. 60).

Segundo Lacoste (1976, p. 60) essa rejeição dos universitários franceses em relação aos raciocínios geopolíticos “é talvez um dos aspectos da rivalidade dos universitários e dos

militares, que caracteriza a vida política e cultural francesa, bem diferente do que acontecia na Alemanha, por exemplo”. Lacoste (p. 60) ressalta que esse fato não impediu o geógrafo e militante anarquista francês Elisée Reclus, “antimilitarista convicto, de se interessar pelas questões geopolíticas”. O que potencialmente pode ter contribuído com o desinteresse de alguns pela obra de Reclus.

As escolas de geografia francesa influenciam fortemente no Ocidente, propiciando uma perspectiva afrancesada, fundamentada no possibilismo de Paul Vidal de la Blache. Que diferente da ideia de Espaço vital de Ratzel, apresenta uma abordagem que enfatiza a influência recíproca entre o ambiente físico e as ações humanas. Ressaltando, em suma, que a ação antrópica interfere significativamente no ambiente, mesmo sendo a natureza a provedora e limitadora de quaisquer recursos naturais renováveis e não renováveis. Lacoste (1976) menciona que, em outra realidade, na então URSS, a aversão à geopolítica estava relacionada a dois fatores, ao pangermanismo e posteriormente ao hitlerismo:

Na URSS, o ódio da geopolítica assimilada exclusivamente no início, ao pangermanismo, depois ao hitlerismo, é, tal como se apresenta a causa capital da quase inexistência da geografia humana no sistema universitário. Mas é preciso levar em consideração a obsessão do segredo cartográfico que demonstram, por exemplo, os dirigentes soviéticos (e aqueles da maioria dos demais Estados comunistas), que reservam todas as cartas (salvo aquelas em escala muito reduzida) aos quadros do partido, das forças armadas e da polícia, sob pretexto de impedir a comunicação aos imperialistas, os quais, desde as fotografias dos satélites, possuem mais informações do que têm necessidade. (Lacoste, 1976, p. 63).

Lacoste (1976) aponta as causas da política interna da URSS à época da Guerra Fria, e a política centralizada da nação, onde nesse contexto histórico o país passou por um período de estagnação econômica, controle social e carência de liberdades políticas. O que certamente seja o motor desse “segredo cartográfico”. Lacoste ainda questiona que não é o caso da França, país descentralizado e que mesmo assim não fez frente a uma reflexão geopolítica em resposta à geografia alemã.

Ao que se refere a abordagem do filósofo e economista alemão Karl Marx, que desenvolveu teorias sobre a mais-valia, alienação laboral e o materialismo histórico-dialético no contexto de capitalismo industrial e do modo de produção capitalista a pleno vapor. Lacoste (1976, p. 66) discute na obra que o fato de o autor ter focado mais na dimensão temporal em detrimento da dimensão espacial, fez com que os discípulos de Marx fizessem o mesmo.

Lacoste salienta que o espaço é uma dimensão crucial para entender as dinâmicas sociais e econômicas descritas por Marx, especialmente no que tange a exploração dos recursos naturais, as questões referentes às classes sociais e as transformações socioespaciais na sociedade capitalista.

Como resposta, Lacoste (1976, p. 76) defende que os geógrafos, em um contexto de emergência tanto da geografia pragmática quanto da geografia crítica (a partir da segunda metade do século XX), devem se envolver com as realidades que os cercam, e entender as estruturas, as questões sociais e políticas, que segundo o autor, foram muitas vezes negligenciadas pela geografia tradicional. Nesse sentido, o autor defende uma responsabilidade ética com o objeto da pesquisa:

É preciso que o geógrafo perceba que ele é, de fato, não um espectador impotente, mas um agente, de informações, quer queira, quer não, a serviço do poder, e suas proclamações revolucionárias ou suas preocupações morais não mudarão nada aí. É preciso que ele perceba que sua pesquisa pode ter graves conseqüências, mesmo se ela apresenta um caráter parcial (pois seus resultados podem ser combinados aos de outras pesquisas) (...). (Lacoste, 1976, p. 83-84).

Lacoste ainda reforça que mesmo as pesquisas voltadas a Geografia Física, fundamentais para entender as condições naturais do planeta, também tendem a ser instrumentos a serviço do poder. O conhecimento acerca da própria Geopolítica dos recursos naturais revela isso, assim como são instrumentos de poder o conhecimento de territórios de interesse dos grupos dominantes. Diante disso, Lacoste (1976, p. 86) defende que as pessoas “saibam o porquê das pesquisas das quais são objeto”.

3.2. Referencial teórico da geopolítica

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um proeminente geógrafo alemão/prussiano, autor de obras precursoras no âmbito da geografia moderna, em destaque *Antropogeografia* (1882-1891) e *Geografia Política* (1897), que exploravam a relação entre diferentes sociedades humanas e seu ambiente. Introduzindo a noção de “Espaço vital” (*Lebensraum*), Ratzel desenvolveu a ideia de que o ambiente e os recursos disponíveis em determinados territórios propiciavam o desenvolvimento dos povos e das nações. Logo, as condições naturais, seja de abundância ou de carência, determinavam a vida em sociedade.

Em suas análises, Ratzel considerava que o Estado seria hipoteticamente um organismo vivo, que era organizado pelos “volkers” (povos ou nações em alemão), que segundo ele se organizavam e compartilhavam a mesma cultura pela influência externa do ambiente físico. Nessa teoria sobre o Estado, os grupos étnicos, por assim dizer, se desenvolveriam em comunhão como se fossem células de um organismo complexo (o Estado), e que pela sobrevivência, precisariam e lutariam por “espaço vital”, bem como pelo controle de recursos naturais, esses bastante demandados pelos interesses dos países hegemônicos pregando o “direito de conquista”.

Costa (1992, p. 33) afirma que, “A ideia de organismo foi emprestada por Ratzel à biogeografia, para a qual o solo condiciona as formas elementares e complexas de vida”. Para entender essa visão de Ratzel sobre o solo, é importante saber que o geógrafo foi fortemente influenciado pela visão biológica de naturalistas como Ernest Haeckel (criador do termo ecologia), de Charles Darwin (criador da teoria da evolução biológica por seleção natural) e de Lamarck (teórico da hereditariedade dos caracteres adquiridos e da lei do uso e desuso), fatores que acabaram por influenciar seus estudos tanto de cunho naturalista quanto político.

Essa influência das teorias biológicas, especialmente as ligadas ao darwinismo social, bem como sua visita aos EUA no auge da difusão da Doutrina Monroe, levaram Ratzel a desenvolver o conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*), que descreve a necessidade de espaço geográfico para o crescimento populacional e econômico. Sua teoria partia da observação de como as civilizações antigas e modernas expandiam seus territórios e lutavam por eles para estabilizar a plena sobrevivência, por meio dos recursos naturais necessários para seu desenvolvimento.

Sobre a obra e a escola de geopolítica de Haushofer, Messias da Costa (1992, p. 130) alerta para o perigo da instrumentalização política das teorias geopolíticas, o autor menciona que o geopolítico alemão Haushofer “[...] não pretendia gerar um corpo de conhecimentos científicos stricto sensu, mas, antes de tudo, um conjunto de técnicas de aplicação do que era produzido pela geografia [...]”. Tanto Ratzel quanto Haushofer destoavam de povos que se contentavam com um território que propiciasse minimamente a plena subsistência.

No cenário de Guerras Mundiais que marcaram a primeira metade do século XX, as previsões de Haushofer e de outros geopolíticos (em relação a supremacia de países dotados de substanciais dimensões territoriais), vieram a se confirmar (Costa, 1992, p.145), dado as circunstâncias e motivadores que levaram a derrota alemã contra a URSS, como: o inverno Russo, a forma que se deu a logística de abastecimento (de alimento, munição e combustível),

os erros estratégicos do líder nazista, o suporte dos aliados, e a superioridade populacional e de recursos da então União Soviética.

Costa (1992, p. 142) aponta que Haushofer, ao adaptar a teoria do “Heartland” de Mackinder, defendeu uma aliança estratégica entre os países “líderes da Eurásia” para a formação de um bloco euroasiático, compondo (Alemanha, União soviética e Japão). O objetivo desse bloco seria “fazer frente” as potências marítimas ocidentais, representada pela pujança política e econômica dos EUA e do Reino Unido. Entretanto, conforme menciona Souza (p. 145), a efetivação desse bloco ruiu, tanto pelo interesse dos nazistas em dominar os territórios dos povos eslavos do Leste europeu, quanto pelo episódio de Pearl Harbor no Havaí, em dezembro de 1941, que desencadeou uma série de retaliações e necessidade de acordos diplomáticos para o fim da Segunda Guerra Mundial.

3.2.1. Relações e distinções entre a Geografia Política e a Geopolítica

Além de conhecido por ampliar os estudos da geografia com a antropologia, Ratzel também foi pioneiro (através da obra *Geografia Política* de 1897), com as teorias clássicas do Estado e com a geopolítica, abrindo espaço para teses geopolíticas futuras. Para Ratzel, os poderes do Estado estavam intimamente ligados ao espaço, logo, isso incitava a busca por expansão. Fatores relacionados ao clima, aos recursos naturais, bem como a topografia determinavam o desenvolvimento das sociedades. Sobre a cultura, na perspectiva de Ratzel essa era um fenômeno dinâmico e evolutivo, resultante de condições geográficas. E para a evolução e manutenção do poder do Estado, ele defendia a importância das fronteiras e dos recursos naturais.

O grande ponto da teoria de Ratzel tinha por objetivo sistematizar uma teoria do Estado orgânico no desenvolvimento da história e da política externa, isso num contexto de disseminação do imperialismo europeu. Essa perspectiva, bastante difundida na Alemanha a época de Ratzel, acabou por fundamentar as bases epistemológicas da Geopolítica. Influenciando autores como o sueco nacionalista Rudolf Kjellén, criador do termo “Geopolítica” no início do século XX, e o também geógrafo alemão Karl Haushofer, que desenvolveu a ideologia das Pan-Regiões, discutidas por Brigola (2023) em seu artigo intitulado “O Pensamento Geopolítico de Karl Haushofer”.

Segundo Brigola (2023), diante dos efeitos da Primeira Guerra Mundial para o território alemão, Haushofer formulou uma geoestratégia que pretendia promover a aliança entre

Alemanha, Rússia e Japão. Conciliando o poder terrestre através do *Heartland*, e o naval encarregado pelo Japão.

Em uma representação das Pan-Regiões de Haushofer, Brigola (2023, p. 56) analisa os cortes longitudinais das divisões do mapa de Haushofer. Onde cada uma das quatro Pan-Regiões (interpretadas por grandes blocos) tinham a capacidade de prosperar de forma autossuficiente. Reduzindo com isso a dependência externa, e provocando deliberadamente a dominação, que caracterizaram o processo de neocolonialismo no século XIX como mostra a História.

Em relação a sistematização das teorias geopolíticas, os autores, a começar pelo próprio Kjellén, reforçam a necessidade de distinguir o termo geopolítica da geografia política. Apesar da similitude das duas palavras, a primeira está ligada as estratégias internacionais dos Estados, ou como Kjellén defende e se apropria da teoria de Ratzel, é uma abordagem dinâmica e estratégica de Estados e seus poderes, bem como um ramo do direito público como afirma o precursor do termo. Já a segunda está ligada a descrição, representação, controle e análise dos limites político-administrativos dos Estados.

Diante da influência de Ratzel na concepção de Kjellén, Messias da Costa (1992, p. 56) traz uma reflexão crítica acerca da tendência excessiva de Kjellén ao determinismo geográfico, as analogias biológicas e a uma consequente legitimação do expansionismo. O que causa a preocupação com o eventual estopim de políticas agressivas se inspirarem em seu arcabouço teórico.

Em nenhum momento Kjellén deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua "nova ciência", intencionalmente dirigida aos "estados-maiores" dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Daí a sua rejeição da geografia política tal como vinha se desenvolvendo, isto é, um campo de investigação acadêmica autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos. Toma-a como base geral apenas naqueles seus aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio. Com isso, inaugura a mais controvertida de suas vertentes, a geografia política da guerra, ou a geopolítica. (Costa, 1992, p. 56-57).

O conceito dominante da ciência geográfica no século XIX foi o determinismo ambiental de Ratzel, formulado em um século marcado pela disseminação de ideais expansionistas. Ratzel, como proeminente defensor da geografia física como limitante da evolução das sociedades humanas, conseqüentemente foi alvo de críticas posteriores às suas

formulações, à medida que outros conceitos como o possibilismo do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, começaram a ganhar visibilidade.

Diferente do conceito determinista, a corrente de pensamento possibilista defendia a capacidade humana de superar as intempéries naturais, seja por meio da tecnologia ou da organização social. Fato que realmente se materializou com o avanço da ciência, tecnologia e meios de transporte, que se desenvolveram de forma expressiva e revolucionária no século XX.

Em conexão com essa interpretação, Corrêa (1986, p. 23) afirma em “Região e organização espacial”, que diante do apontamento naturalista e político da época de Ratzel, um dos conceitos dominantes foi o de “região natural”. Em suma, esse conceito analisado por Corrêa “é uma área geográfica que apresenta características físicas e ambientais homogêneas, ou seja, que apresenta uma similitude em relação ao clima, vegetação, relevo e solo” (Corrêa, p. 23).

Lobato Corrêa (p. 24) ainda pontua a “qualidade integrada” que as porções espaciais que definem uma região representam, que vão além da dimensão natural, atingindo outras esferas como a cultural. O autor exemplifica a especificidade da categoria mencionando o mapa da classificação climática de Köppen-Geiger, que está apoiado a fatores climáticos; representando a diversidade de climas, temperatura e precipitação. Para ele, a região natural é mais complexa que essa classificação. Já a região geográfica dos possibilistas, “é considerada uma entidade concreta, palpável, um dado com vida (...)” Corrêa (1986, p. 29). Logo, para essa corrente de pensamento, a região é percebida de uma forma mais ampla e subjetiva que a determinista.

3.2.2. O determinismo geográfico e a influência dos recursos naturais renováveis e não renováveis nas ações geopolíticas

Com a obra Antropogeografia, publicada a primeira vez em 1882 com o título “aplicação da geografia a história” e posteriormente em 1891, com o título “a distribuição geográfica da humanidade”, Ratzel soma a geografia com a antropologia para formar o conceito “antropogeografia”. A conquista de Ratzel com essa obra, foi de imediato, colocar o humano de volta na Geografia. Defendendo que a disciplina não deveria ser uma simples parte das ciências naturais.

Em uma leitura e revisão sobre as polêmicas que rondavam o pensamento de Ratzel, Guerra e Costa (2012) apontam a estigmatização das principais referências bibliográficas brasileiras (ao sistematizar o pensamento geográfico). Os autores reconhecem a importância da

linha de pensamento ratzeliano como “precursor” no estabelecimento da Geografia como ciência, bem como mencionam a posição crítica de autores renomados como o geógrafo brasileiro Antonio Carlos Robert Moraes.

Sobre a obra *Geografia: pequena história crítica* de Moraes (1981), Guerra e Costa (2012, p. 223) mencionam a perspectiva do autor em relação às teorias de Ratzel. Onde Moraes criticava a antropogeografia e a geopolítica tradicional, que tem como foco as dimensões territoriais e fronteiriças, do poder, e do controle estatal. Ou como na própria tradução de Moraes (1981, p. 67): “A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. L. Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”.

O que Guerra e Costa (2012, p. 226) acertadamente argumentam em defesa das formulações de Ratzel, é que a geografia, reconhecida como ciência em meados do século XIX, a partir de A. V. Humboldt e C. Ritter, é uma ciência, como as demais, influenciadas pelo positivismo naquele contexto. Onde havia uma rejeição à especulação e à metafísica, dando ênfase à observação e à experiência. Guerra e Costa (p. 226) comprovam o equívoco da atribuição de darwinista social à Ratzel, com o fato de Ratzel utilizar de “metáforas orgânicas” em suas formulações.

Na obra “Ratzel”, organizada pelo próprio Antonio Carlos Robert Moraes, o autor explora o conceito de antropogeografia de Ratzel, que analisa a influência do ambiente nas variadas sociedades. Moraes (1990, p. 13) também destaca como Ratzel, influenciado pela corrente teórica positivista de Auguste Comte (1798-1857), via essa relação da “força ambiental” como “motor de desenvolvimento humano” através de métodos empíricos e observacionais. Moraes (p. 13) salienta que “Ratzel se posicionou radicalmente contrário ao uso de procedimentos dedutivos, ao levantamento de hipóteses lógicas e à especulação em geral. O trabalho deveria partir da descrição minuciosa de quadros espaciais circunscritos (...)”.

Assim, Moraes (1990) discute a metodologia comparativa adotada por Ratzel, onde o fundador da antropogeografia utilizava uma abordagem comparativa, observando as diferentes sociedades e suas interações com o ambiente. Através da observação empírica coletava-se os dados e observações que desenvolviam suas teorias com a seguinte metodologia:

(...) À descrição seguiria a comparação tendo por meta a classificação. Nesse percurso a indução comandaria a pesquisa, que poderia desenvolver-se no nível das geografias especiais que trabalhariam com conjuntos mais restritos de fenômenos: a classificação seria o limite desses estudos tópicos. De posse desses resultados, o pesquisador

deveria retornar à escala local e à consideração de um povo específico, tentando identificar aí os nexos causais existentes. (Moraes, 1990, p. 13).

Moraes (p. 41) aponta o pensamento de escritores antecessores a Ratzel, que já desenvolviam ideias acerca do “homem e as condições naturais” ou climáticas, a exemplo de Montesquieu, Voltaire e Herder. Ou até mesmo geógrafos da Antiguidade como Hipócrates e Estrabão. Ao que concerne aos positivistas, Moraes (1990) questiona que:

O fato de Comte e seus seguidores terem pensado quase exclusivamente na influência do clima e da alimentação é resultado do desenvolvimento desta teoria em um terreno puramente empírico. O conceito que desenvolveram pode ser traduzido em uma expressão geográfica ainda mais restrita: eles distinguem apenas as influências do ambiente que têm origem na posição do território em relação ao Sol, ou seja, na latitude. O conceito, que aparece espontaneamente em consequência do anterior, da posição de um território e de um povo em relação aos outros, das relações geográficas de vizinhança nas suas inumeráveis formas, foge a eles assim como o outro não tão óbvio da influência exercida pelas relações de espaço. (Moraes, 1990, p. 43).

Moraes ainda aborda na coleção os diferentes tipos de dinâmicas territoriais dos povos, reinterpretando conceitos ratzelianos o autor menciona o conceito de território aberto e território fechado. Para isso, Moraes (1990, p. 59) comenta sobre os limites físicos exemplificando as ilhas, que segundo ele “(...)se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes”. Por outro lado, para exemplificar a configuração de um território aberto, onde a mobilidade é mais flexível, o autor menciona que esse ambiente tende a favorecer a “miscigenação”.

Analisando criticamente as ideias de Ratzel e reconhecendo a importância histórica das contribuições do etnólogo e geógrafo alemão para a difusão da geografia política, Moraes (p. 61) pondera a necessidade de uma abordagem mais dialética e que considerasse a relação recíproca entre sociedade e ambiente. No que tange o darwinismo social, as dinâmicas populacionais e a configuração do território, o autor argumenta que:

Não devemos pois considerar a variabilidade do homem de maneira tal que em certo sentido qualquer influência externa deva deixar sobre ele sua marca, e uma marca característica cuja natureza se possa até reconhecer; o homem é um organismo que segue as próprias leis e que sempre de acordo com estas, embora de forma independente, elabora tudo aquilo que lhe provém do exterior. Este afirmar-se da individualidade humana em meio às influências exteriores, não obstante as violentas

relações que lhe são impostas, constitui um elemento essencial do conceito de vida, conceito que Herbert Spencer expressou de modo mais completo precisamente porque compreendeu o fato da continua adaptação das condições internas às condições externas²⁷, e ao qual Augusto Comte mais ou menos no mesmo sentido atribuiu como condição fundamental a existência de uma “harmonia entre o ser vivo e o ambiente que o circunda”. (Moraes, 1990, p. 61).

Diante das pesquisas que investigavam os fatores que influenciam a origem da diversidade das características físicas e culturais dos povos, Moraes defende que a relação entre o homem e o ambiente não é unilateral, como sugerido pelo pensamento ratzeliano. Logo, ele defende que os seres humanos não são moldados exclusivamente pelo fator ambiental, e que esses agentes também transformam o ambiente através de atividades materiais e culturais, com o emprego de técnicas ou da ciência por exemplo.

Em suma, Moraes critica a ideia de que os seres humanos sejam passivos no processo de interação com o ambiente físico, pelo contrário, para Moraes essa é uma perspectiva eurocêntrica que limita a complexidade das diferentes culturas e as inferioriza por um fator: as condições ambientais. Além de que pode ser um instrumento de naturalização das desigualdades, quando não se pensa em políticas de segurança social, por exemplo.

Um parâmetro que Ratzel aborda e que penetrou no conceito da geopolítica, é a sua tese de que uma política estatal prudente, é a que evita “conflitos geografizados”, bem como a que suporta lidar com as crises, seja de cunho econômico, etnocultural, político, climático e/ou religioso. Em sua concepção, Ratzel sugere que o ambiente físico, a distribuição dos recursos naturais e as fronteiras territoriais são o motor de potenciais surgimentos e desenvolvimento de conflitos, e que quando esses não são evitados, podem resultar no enfraquecimento do poder direto estatal.

Em sua linha de pensamento pioneiro no desenvolvimento da Geografia Humana, a começar pela antropogeografia, Ratzel formula leis de crescimento espacial. Onde através de seu raciocínio e análise sobre a forma como as sociedades sedentárias cristalizavam formas territoriais, bem como as nômades estavam ligadas ao território para fins de moradia provisória e alimentação via pastoreio, foram a base para a sistematização da teoria do espaço vital, assim como para a formulação das sete leis de crescimento espacial do Estado.

Em síntese, as sete leis ratzelianas defendiam que “o tamanho do Estado aumenta com o desenvolvimento da cultura e economia”. E que conforme se estruturam os poderes e a influência do Estado, esse tende a expandir seu território. Nessa doutrina ratzeliana, nota-se uma íntima influência do darwinismo social quando Ratzel afirma em uma das leis que “o

Estado maior tende a incorporar estados menores”, sendo assim, os estados maiores, ao alcançar determinado nível de desenvolvimento e de poder, tendem a buscar expandir-se para regiões que possuem potenciais recursos estratégicos.

Vale salientar que nesse ponto Ratzel se refere a evolução territorial no sentido de aglomerar partes menores em um processo de conexão dos povos, ou seja, nessa assertiva o etnólogo não está sugerindo a apropriação territorial por meio da força, materializada pelas investidas e interesses de Estados por dominação territorial alheia. Ou mesmo do contrário, quando movimentos insurgentes ou beligerantes promovem lutas separatistas.

Na verdade, a interpretação de Ratzel, está sugerindo que o crescimento “dos limites fronteiriços” de um Estado evoluem pela anexação de porções territoriais menores em um processo de unificação. Além de que para ele “o território é uma categoria central”, caracterizada pelo sentido de propriedade, e a função do Estado, seria a defesa dessa “propriedade” de ameaças externas.

Com isso, a ação da força poderia ser atribuída ao caso da versão nazista, que pregava a superioridade da “raça ariana” deturpando a versão da geopolitik de Kjéllen, termo que não necessariamente define a geopolítica, que é a tradução e conceito neutro e amplo do termo. Sendo a geopolitik muitas vezes associada a conotações negativas de viés imperialista, agressivo e dominador.

Porém, historicamente as políticas expansionistas utilizaram de outros mecanismos para redução do território alheio, que vão além do uso da força direta. Podemos citar como exemplo a Guerra entre os EUA e o México, que resultou numa redução substancial do antigo território Norte do México em favor do atual Oeste dos EUA. A política norte-americana, que pregava a ideologia do “Destino Manifesto”, justificou a anexação de territórios que antes pertenciam ao México, a começar pelo atual Estado do Texas. Essa ação, bem como as estratégias diplomáticas como a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo em 1848, foram centrais na conquista de territórios que fazem parte de muitos dos atuais estados dos Estados Unidos.

Podemos concluir que o motor dessa busca de Estados (que atingem determinado grau de desenvolvimento político, econômico e militar) por territórios com áreas ricas em recursos naturais não renováveis, remetem a teoria do espaço vital de Ratzel. E mesmo em um contexto de independência de países do continente americano, a perpetuação do imperialismo, europeu majoritariamente, se desenvolveu no decorrer da história.

Isso se reflete, dado a subsequente neocolonização, as grandes guerras mundiais e a “marcha para o Oeste” (no caso exclusivo dos EUA), como exemplos significativos de ações geopolíticas dos países hegemônicos, que lutam, no desenvolver do capitalismo, por minerais,

metais, petróleo, carvão, gás natural, água e alimentos. Fontes não renováveis e renováveis fundamentais para a segurança econômica de um lado, e alimentar de outro.

Por fim, no contexto de avanço da produção industrial, por meio de fontes de energia mais eficientes que o carvão, como o petróleo e a eletricidade, esse avanço tecnológico produziu mudanças suficientes para alcançar a chamada Segunda Revolução industrial, que provocou uma divisão internacional do trabalho (DIT), e alterou a relação de exploração da natureza e da força de trabalho. Nessa fase predominava-se a produção em massa, impulsionada pelas máquinas e modos de produção, a exemplo do sistema de linha de montagem. Para a efetivação dessa produção em massa, os países industrializados forneciam produtos industrializados, investimentos e capitais, enquanto os países periféricos exportavam matérias-primas agrícolas e minerais, alimentando um ciclo de dependência global e de desigualdade econômica.

3.3. Ensino de Geografia e de geopolítica: Desafios e possibilidades da educação com a ascensão das plataformas digitais

No cenário contemporâneo de desenvolvimento das plataformas digitais, propiciado pela Revolução técnico-científico-informacional, a forma de se obter informação e conhecimento materializa-se em uma dimensão mais complexa. De forma concreta, onde antes tínhamos como exemplos palpáveis os livros, a educação formal nas escolas e universidades, textos físicos, e experimentos em laboratório; hoje somam-se a esses elementos a internet, as plataformas digitais, textos escritos no computador/notebook, e a informação transmitida em tempo real ou gravada em diferentes plataformas e redes sociais.

Já de forma abstrata, podemos refletir sobre como essa “globalização cultural e informacional” influenciou e/ou deturpou as subjetividades. Ou seja, em que grau os estímulos dessa nova realidade atingem a dimensão psicológica das diversas personalidades? Como ela vem desconstruindo ou se apropriando de práticas culturais e tradições alheias? Ao mesmo tempo em que ela (globalização) possibilita minimamente o conhecimento de diferentes culturas sem que necessariamente haja o deslocamento até o lugar específico. Um exemplo disso é a plataforma *Youtube*, onde através do compartilhamento de vídeos podemos conhecer da cultura de Benin à Grécia, do México à Rússia, da Índia a El Salvador, da China aos EUA. Basta que haja o compartilhamento de vídeos por alguém que esteja transmitindo ou gravando em determinado país de nossa curiosidade.

Outras indagações para essa temática que devem ser feitas nessa parte introdutória são: qual a distinção entre conhecimento e informação? Quais as distrações e o grau de

confiabilidade das fontes dos meios de comunicação? Quais habilidades podem ser desenvolvidas com o avanço da tecnologia? Quais métodos os professores devem adotar diante dessa nova realidade? Enfim, como sugerido no título desse tópico, quais os desafios e possibilidades da educação com a ascensão das plataformas digitais?

Para algumas dessas perguntas é possível fazer considerações, para outras é necessária uma investigação aprofundada para obter-se algumas respostas, soluções e/ou reflexões. De início, devemos distinguir claramente conhecimento de informação. De um lado, a informação pode ser transmitida ou recebida sem que necessariamente seja compreendida profundamente pelo interlocutor. De outro, para que a informação se torne conhecimento é preciso que haja a compreensão e sintetização dessa informação com base no aprendizado e aplicação.

Para a última indagação acima elencada, antes de pensar o método que o professor, de Geografia especificamente, deva adotar diante dessa nova realidade, é fundamental que ele enquanto teoricamente habilitado a ser crítico e informado, reconheça o papel social da Geografia na formação de alunos que também compreendam a relação entre a sociedade e o meio, bem como desenvolvam habilidades práticas como a leitura e interpretação de mapas, o conhecimento das características físicas e ambientais do planeta, bem como o reconhecimento da ligação entre a geografia e a história para compreender os marcos e efeitos sociais da transição do capitalismo financeiro-monopolista para o informacional, que influenciou diretamente na forma como se organiza a sociedade vigente.

Pretto (1994/2013, p. 51) em “Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia” traz um recorte temporal do mundo teocêntrico ao mundo da informação. O autor apresenta como era o mundo quando toda explicação natural e “sobrenatural” era mediada pela fé. Logo, nesse período que antecede “o descobrimento do novo mundo”, ou período colonial, havia o domínio da religião na Europa medieval, onde o conhecimento era centralizado, e a igreja e seus representantes detinham grande poder e influência nas esferas da vida daquela sociedade.

Posterior a esse período, ocorre a transição para o Renascimento, onde o conhecimento clássico promove o humanismo, bem como uma Revolução científica, onde se desenvolvem métodos científicos e descobertas em várias áreas do conhecimento.

Finalmente, o mundo da informação antecede cronologicamente séculos marcados pelas grandes navegações, colonizações, o surgimento do capitalismo comercial, e as sucessivas fases denominadas de Industrial, financeira-monopolista e informacional. A contemporaneidade é um resultado de reinvenções do sistema econômico atual, bem como de transformações técnicas, científicas e tecnológicas introduzidas no mundo do trabalho.

Antes de emergir essa nova fase de transição do capitalismo, a economia do século XVIII tinha como ideal o liberalismo econômico, e a difusão das ideias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790). Em suma, essa corrente política defendia a livre concorrência e opunha-se ao intervencionismo do Estado, e logicamente, era/é firmemente defendida pela burguesia industrial. Que atualmente simpatiza com a ideologia oriunda do capitalismo *laissez-faire*, o neoliberalismo.

O advento da Terceira Revolução Industrial é marcado por expressivos progressos técnicos e científicos a partir das décadas de 1970 e 1980, que são um resultado de revoluções industriais anteriores e do “histórico século XX” em que houve uma ascensão tecnológica nos meios de comunicação e do transporte. Nesse tocante Pretto (2013) afirma que atualmente:

Vivemos em uma sociedade planetária, com a circulação da informação constituindo-se em um dos seus pilares básicos, referenciada por imagens que são produzidas ininterruptamente e que circulam por todo mundo, quase que instantaneamente. É a sociedade dos mass media, a sociedade da comunicação generalizada, que está introduzindo modificações profundas no conjunto de valores da humanidade, estabelecendo uma nova ordem, com consequências ainda não plenamente identificadas (Pretto, 2013, p. 51-52).

Podemos problematizar que diante dessa “sociedade da comunicação generalizada” mencionada pelo autor, é preciso pensar em políticas públicas que direcionem o olhar para o dilema entre exclusão digital/democratização do acesso a internet. Os desafios da educação anteriores a essa “nova sociedade globalizada” se resumiam a questão do próprio acesso à educação por parte da população de baixa renda. Onde as escolas do país antes da década de 1970 eram na maioria dos casos destinada às elites, o que somado a realidade socioeconômica do Brasil à época, produzia uma baixa taxa de escolarização.

Conforme o entendimento de Pretto (2013, p. 126), já era possível ter uma dimensão da “invasão” da cultura tecnológica nas esferas da vida social, incluindo o sistema formal de educação antes da virada do milênio. Sendo o ano de 1995 o ano em que governo federal lança o serviço de internet do Ministério da Ciência e Tecnologia. E só a partir dos anos 2000 e 2010 têm-se uma prévia do que a tecnologia iria propiciar com os impulsos do aumento de conectividade.

Defensor da democratização do acesso às tecnologias e da inclusão digital, bem como crítico ao modelo tradicional de ensino, Pretto (2013) defende uma escola que valorize a imaginação, a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos. Atitudes docentes

que fazem um “link” com o ensino da geopolítica com o instrumento da cartografia. Onde é possível aprimorar tanto as habilidades dos alunos em relação a leitura e análise cartográfica, quanto o senso crítico em relação às questões geopolíticas do passado, e as deliberações e conflitos da atualidade. Com o objetivo de despertar o senso crítico dos alunos em relação às estratégias adotadas pelos Estados para administrar seus territórios, bem como se posicionar criticamente em relação às práticas beligerantes de nações na atualidade.

Pretto (2013) já previa as influências que a “sociedade imagética” produziria no comportamento dos sujeitos, seja de forma direta ou indireta, dado que a convivência dos alunos com a linguagem audiovisual fora do ambiente escolar seria inevitável. O que não seja algo a ser combatido, e sim trabalhado na perspectiva de aliar esses elementos à práticas pedagógicas. Nas aulas de geografia por exemplo, é indiscutível a importância da interpretação dos mapas, desde os símbolos aos elementos obrigatórios (título, legenda, orientação, escala e projeção cartográfica). O que demanda do professor uma ação que introduza nas aulas mapas, cartas, globos terrestres, ou *slides* para fins didáticos.

Lacoste (1976, p. 88) aponta para uma crise da geografia dos professores já em sua conhecida obra “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra”, o autor considerava a educação geográfica daquele contexto desatualizada e “carente” de seu caráter político. Logo, o autor defende a necessidade de uma reformulação curricular da geografia, o autor instiga essa atitude afirmando que:

[...] Alguns vêm acusar a televisão, o cinema, de concorrência desleal, de “demagogia pedagógica” e de ser a causa de seus infortúnios. Será por que a mídia mostra as imagens de todos os países, de todas as paisagens de tal forma sedutoras que os alunos, entediados, não querem “mais fazer geo” em classe? Mas é mesmo a geografia-espetáculo que é a causa principal das dificuldades dos professores de geografia no ensino secundário? [...] (Lacoste, 1976, p. 88)

O autor denomina de geografia-espetáculo a forma como a mídia aborda os eventos geográficos como: desastres naturais, efeitos climáticos, guerras e conflitos. Lacoste utiliza o termo como crítica entorno da abordagem simplória sobre questões que exigem certa profundidade, ou uma razoável explicação sobre “causa e efeito” desses eventos. Diante disso, é papel do professor de geografia aprofundar, educar e contextualizar fielmente essas questões.

Em suas inquietações sobre as tendências geográficas, Lacoste (p. 98) também defende que a fragmentação do conhecimento geográfico provoca uma incoerência no entendimento integral das dinâmicas socioambientais. O autor e fundador da revista *Hérodote* faz algumas

indagações acerca da própria identidade disciplinar e científica da geografia, onde, em sua perspectiva, para superar essa crise, é defendida a tendência crítica do conhecimento geográfico, onde os geógrafos reflitam sobre sua profissão, e “sobre seu papel individual e coletivo no seio da sociedade” (Lacoste, 1976, p. 103).

Por fim, para refletir sobre os desafios e possibilidades da educação com a ascensão das plataformas digitais e com a materialização dessa nova realidade, é sugerido que o professor, com a “qualidade autônoma” preservada, se valha de práticas pedagógicas que superem esse dilema. No caso específico da aplicação do conteúdo sobre geopolítica em uma aula de geografia por exemplo, é importante que o professor pense em recursos didáticos que colaborem com a aprendizagem efetiva dos alunos, diagnosticando gradativamente o conhecimento prévio com indagações, e estimulando a participação com elementos do tema/campo de estudo.

3.3.1. A importância da prática pedagógica com representações cartográficas

Que o uso de mapas e outras representações cartográficas ajudam de forma didática os alunos a entenderem diferentes mensagens geográficas, isso é uma afirmação lógica, mas que deve ser problematizada com os seguintes questionamentos: Como os professores dos anos iniciais (infantil) estão trabalhando com as habilidades da cartografia? Há um ensino que promova as progressivas habilidades demandadas em cada série? Os alunos do Ensino fundamental I e II realmente compreendem os elementos fundamentais de um mapa? Chegando no Ensino Médio, apresentam dificuldades em relação a compreensão holística do espaço geográfico? Essas são algumas perguntas imprescindíveis que para se obter respostas é necessário a prática de ensino com suas respectivas avaliações diagnóstica/formativa/somativa, bem como pesquisas dotadas da técnica de coleta de dados, para assim obter-se uma representação da realidade.

Penha e Cintra (2023) em uma pesquisa de abordagem qualitativa, reconhecem a importância das representações cartográficas no processo de ensino, sendo ferramentas didáticas que transformam a prática da Geografia escolar. Para os autores, o posicionamento reflexivo do professor de se reinventar diante das adversidades encontradas em sala de aula, é de fundamental importância. Segundo os autores:

O esforço desempenhado pelo docente durante o processo de alfabetização cartográfica contribui para a construção do conhecimento cartográfico dos alunos. Não somente isto, como também auxiliará no fomento de sua capacidade reflexiva e

no seu entendimento sobre o uso das representações cartográficas nos estudos de Geografia. É importante que, para além de utilizarem as representações, os alunos saibam sua finalidade dentro da Geografia, afinal compreendendo sua importância ficará evidente em quais situações aplicá-las. (Penha, Cintra, 2023, p. 44).

Para Costa e Lima (2012, p. 106), a partir do sistema de signos, “a cartografia pode ser concebida como linguagem universal”. Diante disso, as representações cartográficas, entendidas aqui por uma ótica positiva tanto do ponto de vista metodológico quanto procedimental, são “elementos simbólicos” que permeiam a alfabetização cartográfica e contribuem com a abordagem dialética. Dado que, no decorrer do procedimento didático de uma aula, não é possível compreender de forma holística as “delimitações fronteiriças” e o tema de um mapa, sem que se domine o seu conteúdo de forma considerável.

Segundo Penha e Cintra (p. 45), é de fundamental dever dos educadores, levar em consideração a capacidade cognitiva dos alunos conforme suas faixas-etárias, o que a própria BNCC (Base Nacional Comum Curricular) já preconiza em habilidades de séries do Ensino Fundamental. Os autores propõem que, diante dos desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem, onde alunos não apresentem ou ocultem habilidades demandadas em séries anteriores, os professores busquem técnicas que “supram essas lacunas”.

Dentro da importância histórica da cartografia, sabe-se que essa é a ciência e a arte de representar, através de mapas e cartas a superfície terrestre, desde a “escala macro (global) à micro (local)”. Devemos nos conscientizar que as técnicas desse campo de estudo, desempenharam uma função crucial na época das navegações, na expansão e gestão dos territórios, nas estratégias militares, na tecnologia e inovação (com o uso de satélites e os sistemas de informação geográfica (SIG)), bem como na educação e ciência (área desse estudo). As representações gráficas, cumprem a função de educar os alunos tanto em relação à geografia física (morfologia climática, tipos de solo, relevo, vegetação, hidrografia), quanto a geografia humana/política, em termos de distribuição populacional e demográfica, fronteiras, geopolítica, recursos naturais, áreas em conflitos, disputas e soberania territorial.

Diante desses elementos acima elencados, devemos também nos conscientizar que, ao trabalhar os conteúdos de Geografia nas escolas de acordo com os planos de aula idealizados, o professor deve se conscientizar de seu recorte socioespacial de trabalho. Adaptando os conteúdos à realidade dos alunos, para que não haja um ensino maçante e incompreensível. Bem como recordar que na Geografia há dualidades por natureza, onde na geografia acadêmica

o conhecimento é voltado para a pesquisa científica e produção de novos conhecimentos, enquanto na geografia escolar, a presença desses conhecimentos é representada na forma de conteúdos pertinentes para a formação dos alunos do ensino básico.

3.3.2. Pensar metodologias no processo de Ensino e Aprendizagem da cartografia e das questões geopolíticas

Perante os potenciais desafios a serem encontrados em sala de aula, os docentes se autoquestionam sobre qual metodologia devam usar ao abordar um conteúdo. De início, ao que concerne a aprendizagem da cartografia e das questões geopolíticas, esse processo pode ser enriquecido por diversas metodologias, como as metodologias ativas (construção de mapas temáticos) e através do ensino interdisciplinar (integrando História, Geografia, Política e Economia).

Devemos refletir que, o uso de apenas uma retórica na distribuição de conteúdo, pode resultar em um ineficaz efeito didático. Dado que é possível, e até mesmo necessário, que o professor tenha um *feedback* em relação à dinâmica da turma e sua resposta à determinada investida metodológica. Diante disso, devemos considerar as diversas estratégias de ensino, desde a abordagem expositiva à dinâmica, ou mesmo, a união dessa atitude docente, para que assim, hajam resultados positivos do ponto de vista didático-pedagógico.

No âmbito educacional, a geopolítica desempenha um papel fundamental no ensino de geografia, pois permite que os alunos entendam as relações de poder, os conflitos e Guerras do passado e do presente, as deliberações, as tensões nas fronteiras, os regimes políticos, os interesses sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis, a geopolítica ambiental e a “instabilidade territorial” materializada na contemporaneidade.

Um instrumento que tem mostrado um papel significativo nessa compreensão da geopolítica contemporânea são as mídias digitais, o que faz com que discursos de lideranças políticas ou de influenciadores digitais cada vez mais tenham poder de engajar na opinião pública, moldando narrativas e fazendo com que informações sejam disseminadas rapidamente, dado o estágio de avanço informacional. O que gera um dilema em relação aos benefícios e malefícios propiciados pela democratização da *internet*. Sendo o positivo, a hipótese de leigos no assunto, terem acesso a uma múltipla forma de adquirir informação e posterior conhecimento. Já o negativo, se apresenta de forma nociva quando há o compartilhamento das

chamadas *fake News*, que acabam sendo reproduzidas pelos mais reticentes que não apuram devidamente a origem do fenômeno/evento.

Na contramão do Ensino tradicional, algumas práticas pedagógicas se apresentam como alternativas viáveis/eficientes para uma abordagem que coloque o aluno em um lugar central no processo de ensino-aprendizagem. Nessa pesquisa, que tem como um dos objetivos buscar técnicas eficientes no processo de ensino das questões geopolíticas com domínio da leitura e interpretação cartográfica, a aprendizagem ativa de um lado e a pedagogia histórico-crítica (Saviani) de outro, se mostram como eficientes abordagens didáticas para essas áreas do conhecimento da geografia enquanto ciência e disciplina escolar.

A priori, associamos a pedagogia histórico-crítica à pedagogia dialética. Saviani (1991, p. 75) deixa claro que, para fins de evitar generalizações, adotou a denominação “histórico-crítica”. O autor aponta que correntes de pensamento como a fenomenologia associam a dialética como sinônimo de dialógico, sem necessariamente dar um enfoque ao “movimento histórico”.

Em suma, a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani é uma abordagem pedagógica fundamentada no materialismo histórico e dialético de Karl Marx, onde a educação é percebida como um fenômeno histórico e social, que assim como todas as dimensões da vida como o trabalho em seu sentido amplo, sofrem influência das condições materiais (técnica/ciência/tecnologias), bem como das condições político e econômicas. Segundo Saviani:

Em outros termos, o que eu quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. No Brasil, esta corrente pedagógica firma-se, fundamentalmente, a partir de 1979. (Saviani, 2011, p. 76).

Com a atitude docente de indagar os alunos em relação ao que eles entendem sobre determinado assunto, estimulando a participação com leituras e perguntas, é que de início podemos obter um “diagnóstico” sobre a dinâmica de uma turma x. O ato de perguntar, na busca de justificações racionais, é o que pode promover e despertar a atitude crítica dos alunos. Um outro ponto positivo dessa centralidade nas “singularidades” é o diagnóstico qualitativo, ou

seja, o *feedback* em relação às dificuldades e conhecimento prévio dos alunos em relação a determinada temática.

A pedagogia proposta por Saviani permite compreender de forma crítica e reflexiva a realidade histórica e social, buscando transformar essa realidade por intermédio da educação. Saviani (p. 81) explora essa abordagem dialogando com a questão da apropriação da terra, que historicamente foi o “motor de produção primário” que propiciou o surgimento da classe dos proprietários, onde os que não tinham acesso à terra se subordinavam a seus senhores. Em linhas gerais, é nesse recorte temporal e espacial que podemos descobrir a origem da escola, onde segundo o autor, os que tinham o privilégio de ter tempo livre, ou “viver no ócio”, desfrutavam de atividades culturais/educacionais como as artes, os esportes, a literatura, a matemática e a música por exemplo.

Na atual realidade educacional brasileira, a abordagem pedagógica de Saviani propicia uma formação de sujeitos conscientes em relação as estruturas, onde no processo educativo, os alunos podem inicialmente compreender sistematicamente a realidade em que vivem, e posteriormente refletir e questionar sobre essa realidade. Nesse processo os alunos têm a oportunidade de despertar o senso crítico em relação às condições históricas e sociais que influenciam em suas vidas numa “escala local”.

Devemos também compreender de forma significativa a escala global, ainda mais no contexto de globalização cultural, econômica e informacional em que vivemos. O que demanda que os alunos entendam geopoliticamente como ocorre a complexa regionalização do espaço mundial, onde essa regionalização é marcada por novas divisões político-territoriais oriundas de conflitos e acordos internacionais, pelas desigualdades internas e externas, pela formação de blocos econômicos e pelos movimentos separatistas.

Em relação a aprendizagem progressiva do pensamento espacial, a BNCC (Brasil, 2018) estabelece diretrizes que estimulem o desenvolvimento do pensamento geográfico dos alunos. Dentre as ações desse documento normativo, está o desenvolvimento das habilidades cartográficas, com unidades temáticas que abordam as formas de representação e pensamento espacial, que vão do 1º ao 9º ano do fundamental. Onde cada série, demanda que os alunos adquiram as habilidades propostas, para que possam avançar com êxito nas séries posteriores.

A leitura e a interpretação cartográfica desempenham um papel crucial na abordagem da temática da geopolítica. Evidenciou-se durante a experiência de regência no Ensino Fundamental, que a compreensão espacial referente aos pontos cardeais (Oeste-Occidental, Leste-Oriental, Norte-Setentrional, Sul-Meridional) se tornam um desafio/incógnita quando não ocorre uma técnica de ensino que diagnostique habilidades ainda imaturas para os anos

finais do Ensino Fundamental, para que possam desenvolver a partir da ¹EF09GE01 e as posteriores.



Figura 01 – Prática de regência (Turma “9º Ano A” do Fundamental – Vespertino), Paulo Afonso – BA, 01 de agosto de 2023. **Foto:** J. C. Monteiro.



Figura 02 – Prática de regência (Turma “9º Ano B” do Fundamental – Vespertino), Paulo Afonso – BA, 01 de agosto de 2023. **Foto:** J. C. Monteiro.

¹ Habilidade **EF09GE01**: Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares. (Brasil, 2018, p. 392-393).

Para superar essas lacunas e avançar na abordagem do conteúdo que discutia a hegemonia europeia, e posteriormente a Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, explicou-se que geograficamente, o meridiano de Greenwich divide o mundo em Oriente (Leste) e Ocidente (Oeste). Porém, essa divisão vai além da geográfica, e envolve outros fatores como cultura, religião e valores. Um exemplo disso é o fato de que quase todo território do continente europeu estar situado a Leste de Greenwich e os países do Oeste europeu também serem considerados “Oeste do mundo” (Ocidente).

Diante dessa problemática, explanou-se que para entender onde começa o Oriente nessa divisão, é preciso saber que regiões com culturas e religiões diferentes das do Ocidente, são consideradas do Oriente. Por outro lado, países como Austrália e Nova Zelândia, que estão situados próximos ao Oceano Índico, são considerados Ocidente por critérios hegemônicos. Nesse entendimento, os países dominantes classificam essa divisão entendendo que o Oriente é classificado além do meridiano, pela diversidade cultural e religiosa presente no Oriente Médio e Continente Asiático. Essa classificação também estabelece o critério econômico, estabelecendo como Ocidente a América do Norte, Leste europeu, Austrália e Nova Zelândia. Logo, as demais civilizações são classificadas em outras denominações, a exemplo da divisão segundo Huntington, que classifica a maior parte da América do Sul e o México como a civilização Latino-Americana.

Verifica-se que diante desses aspectos que exigem uma compreensão especializada dos alunos, é necessário conscientizar-se de que devemos considerar as variadas técnicas de ensino de acordo com o engajamento da turma. O que exige que a escola possua materiais pedagógicos para atividades que trabalhem a leitura e interpretação do mundo, ou que o professor prepare recursos didáticos que contribuam para esse engajamento. A fim de obter uma resposta em relação ao nível de conhecimento geográfico dos alunos. A cartografia, nesse sentido, torna-se uma ferramenta essencial para explorar as nuances de todas as categorias de análise da Geografia: Espaço geográfico, território, região, paisagem e lugar. Desde a escala global à local.

No processo de ensino de geografia, o professor se vê na constante necessidade de representar um espaço delimitado, ou retratar didaticamente os acontecimentos históricos para a configuração de determinado território. A ausência de equipamentos didáticos como *data show*, *mapa-múndi* ou livros didáticos podem comprometer severamente a aprendizagem de alunos que não apresentam domínio cartográfico/crítico do assunto.

Além disso, é preciso que o professor realize um diagnóstico desde o início da aula. Sendo necessário por parte dos alunos, a leitura prévia de capítulos do livro didático ou de outra fonte alternativa (textos em PDF), para que assim o aluno possa trazer suas contribuições para

a aula e seja possível ter um panorama da qualidade de sua aprendizagem. Com a adoção desse método, o educador ao final de cada aula terá um *feedback* que ajudará a aperfeiçoar ou mesmo rever a didática aplicada para a dinâmica de uma turma específica.

Essa atitude trivial aliada à uma metodologia de abordagem de ensino participativa, são caminhos para a construção de um ensino que busca resultados qualitativos e quantitativos (estatísticos) dos avanços da educação. Diante das adversidades o docente deve articular a aula com elementos apropriados para a compreensão do aluno, como o uso de uma “linguagem acessível”, indagações sobre a etimologia de uma palavra, e perguntas constantes sobre o que os alunos entendem sobre um assunto/conteúdo.

Em um período de expressiva popularidade das redes sociais, o ensino formal enfrenta desafios significativos, como a necessidade de lidar com alunos que estão consumindo muitas vezes o que é disseminado pela cultura de massa. Ao mesmo tempo em que as plataformas digitais oferecem oportunidades de aprendizado mais acessível e flexível, essa é uma ferramenta que tem o poder de disseminar a desinformação e a distração. O que é delicado pelo fato da mais nova geração estar habituada a conhecer e compreender o mundo de forma virtual.

Diante dessas pontuações, necessita-se que o professor tenha a autonomia de refletir sobre sua identidade docente, bem como sobre a realidade contemporânea, que influencia diretamente em seu campo de atuação. Vlach (2007) em seu artigo intitulado “Papel do Ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual”, apresenta propostas e metodologias de ensino que ajudem os alunos na compreensão de aspectos da Geografia Política e da Geopolítica.

Para isso, a autora além de discutir como o ensino de geografia pode contribuir para a compreensão histórica e crítica dos problemas contemporâneos; apresenta com os resultados de sua pesquisa, uma amostra sobre o domínio dos alunos em relação ao entendimento dos temas ligados aos regimes políticos, conceitos da Política, Organização do Estado, e conflitos do mundo atual. Bem como sobre a abordagem de conteúdos de ambos os temas gerais no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, além da importância da variedade de recursos didáticos na etapa procedimental.

Na metodologia de sua pesquisa, Vlach (2007) enriquece a análise e compreensão dos dados tanto pela aplicação de questões que trabalham da escala local à global, quanto ao público-alvo, compondo alunos do Ensino Fundamental e Médio, e professores de ambos os graus de escolaridade. Permitindo compreender e refletir sobre os problemas e desafios relacionados a abordagem dos conteúdos da Geografia Política e da Geopolítica de forma integral.

Diante das análises e discussões até aqui elencadas, devemos considerar as variadas técnicas de ensino no processo de comunicação com os alunos, não banalizando a aula expositiva nem tampouco centralizando-a. Por fim, o que interessa nesse processo é a qualidade das atitudes despertadas nos alunos, o que exige do professor o domínio do conteúdo, o planejamento de aula, o estímulo à participação, e a fidelidade com o processo avaliativo: diagnóstico/formativo/somativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

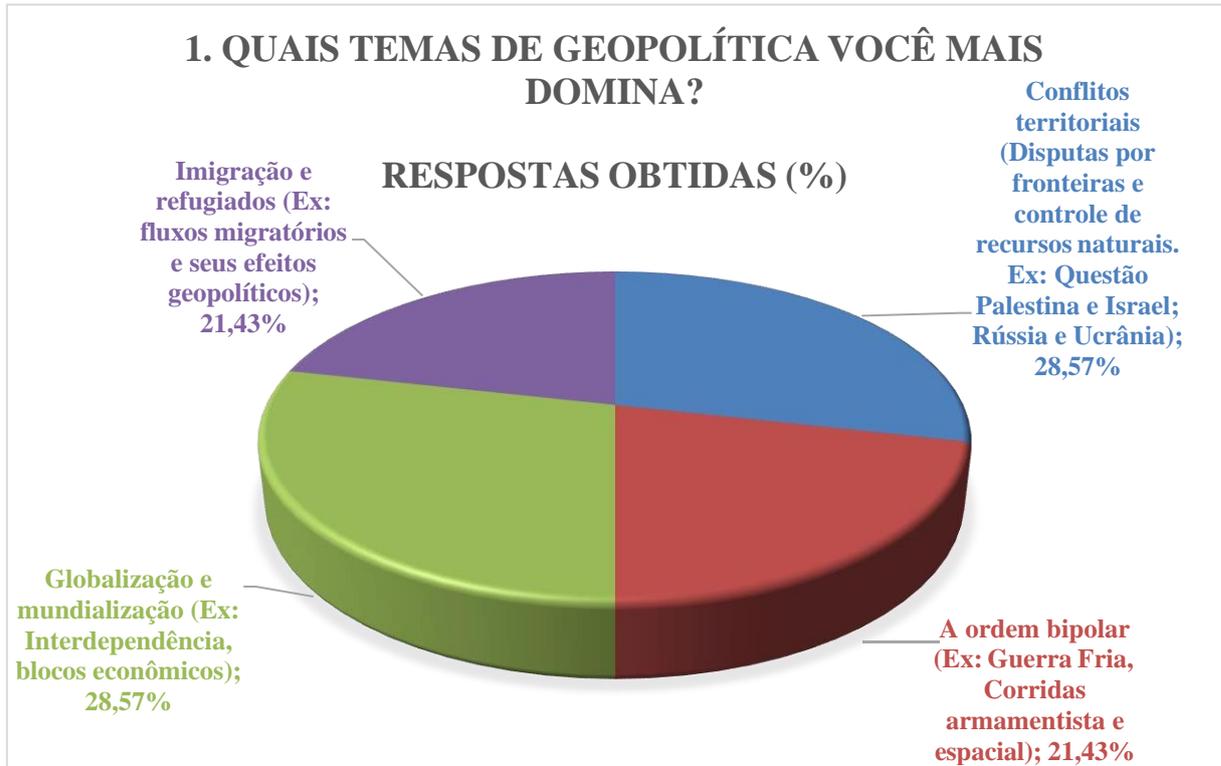
A aplicação do questionário referente aos questionamentos do capítulo 3.3 ao 3.3.2 promoveu um diagnóstico de identificação do nível de conhecimento prévio dos alunos sobre o tema, permitindo identificar lacunas e a necessidade de adaptação de estratégias pedagógicas que superem potenciais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, bem como desenvolvam o pensamento crítico, a consciência global, o domínio da geografia histórica e das noções de cartografia.

Do total de 28 alunos que responderam ao questionário, 14 são do sexo masculino (50%) e 14 do sexo feminino (50%). Após a aplicação do questionário foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 1 – Quais temas de geopolítica você mais domina?

	Respostas obtidas (%)
Conflitos territoriais (Disputas por fronteiras e controle de recursos naturais. Ex: Questão Palestina e Israel; Rússia e Ucrânia)	28,57%
A ordem bipolar (Ex: Guerra Fria, Corridas armamentista e espacial)	21,43%
Globalização e mundialização (Ex: Interdependência, blocos econômicos)	28,57%
Imigração e refugiados (Ex: fluxos migratórios e seus efeitos geopolíticos)	21,43%
Total:	100%

Figura 03 – Temas de geopolítica que os alunos mais dominam.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

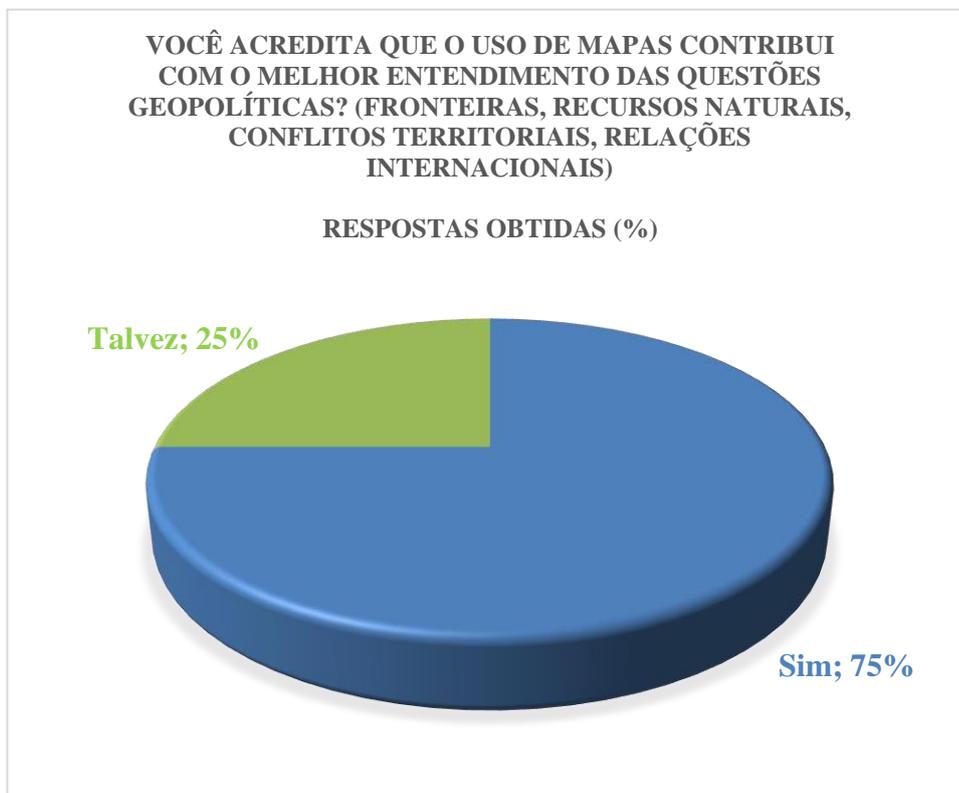
Em relação aos temas de geopolítica que os alunos mais dominam, dentre os 28 alunos pesquisados, 28,57% responderam que dominam mais o tema “Conflitos territoriais, bem como “Globalização e mundialização”. Por outro lado, 21,43% dos alunos responderam que dominam mais o tema “Imigração e refugiados”, bem como “A ordem bipolar”. Representando uma divisão equilibrada sobre as áreas de domínio dos alunos. Diante disso, esse domínio pode ser um indicativo de que os alunos têm interesses em temas da atualidade e questões globais. O que potencialmente seja influência das redes sociais, onde o acesso a informações fora do ambiente escolar permite que eles desenvolvam opiniões e no melhor dos casos conhecimentos sobre aspectos da Geopolítica.

A segunda questão visa pesquisar a opinião dos alunos sobre a importância do uso de mapas para o melhor entendimento das questões Geopolíticas:

Tabela 2 –Você acredita que o uso de mapas contribui com o melhor entendimento das questões Geopolíticas? (fronteiras, recursos naturais, conflitos territoriais, relações internacionais)

	Respostas obtidas (%)
Sim	75%
Não	-
Talvez	25%
Em algumas ocasiões	-
Total:	100%

Figura 04 – Opinião dos alunos em relação a contribuição dos mapas para o melhor entendimento das questões geopolíticas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para 75% dos alunos pesquisados, o uso de mapas contribui com o melhor entendimento das questões geopolíticas, por outro lado, 25% dos alunos responderam que “talvez” contribua.

A terceira e última questão de “cunho pessoal”, visa obter uma representação dos meios que os alunos mais utilizam para aprender sobre os países e territórios do mundo, para além da sala de aula.

Tabela 3 – Além da sala de aula, qual meio você mais utiliza para aprender sobre os países e territórios do mundo?

	Respostas obtidas (%)
livro didático/artigos	10,71%
telejornais	3,57%
redes sociais (youtube, facebook, Instagram) dentre outras.	85,71%
Outro	-
Total:	100%

Figura 05 – Meios que os alunos mais utilizam para aprender sobre os países e territórios do mundo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Como resultado, 85,71% dos alunos responderam que utilizam “redes sociais (youtube, facebook, Instagram) dentre outras”. Por outro lado, apenas 10,71% responderam que utilizam livro didático/artigos e 3,57% telejornais. O que representa um papel significativo das redes sociais no processo de aprendizagem da geração mais nova em relação as questões globais. O

que instiga uma reflexão acerca dos questionamentos elencados na parte introdutória do capítulo 3.3, sobre a forma que é disseminada a informação. Onde essa se realiza muitas vezes de forma acessível, instantânea e prática; produto dessa “sociedade da comunicação generalizada” (Pretto, 2013, p. 51-52), e como revés tem o poder de propagar a desinformação.

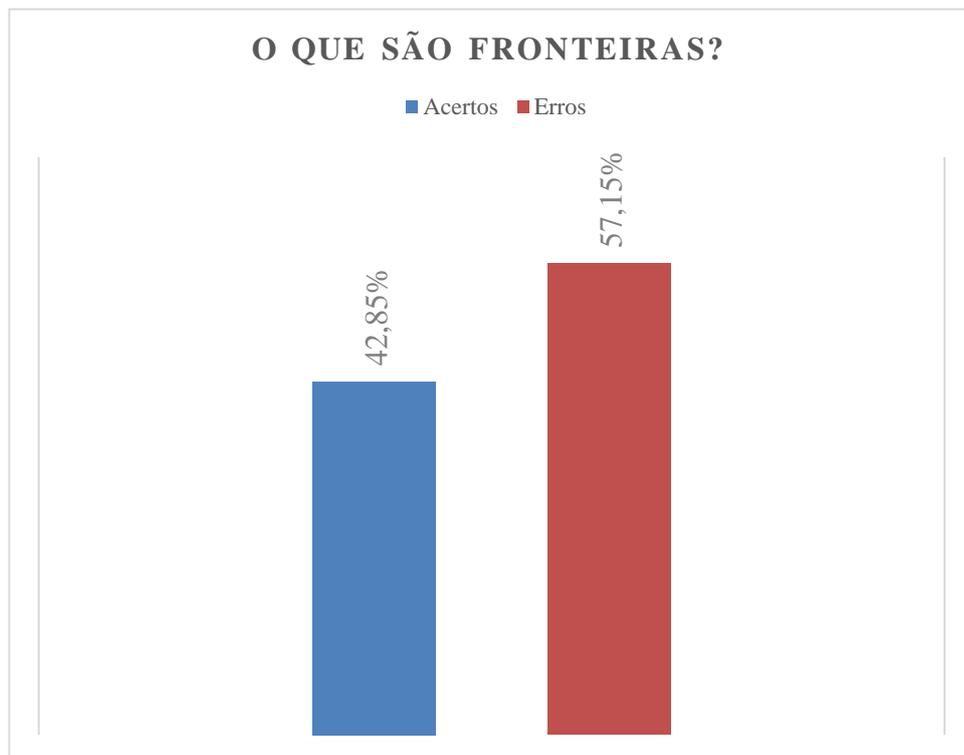
As questões a seguir (4 à 20), são alternativas de A à D, sendo uma correta.

- **Questões sobre fronteiras**

Tabela 4 – O que são Fronteiras?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Somente linhas que delimitam cidades		
B. () Barreiras naturais que separam estados como (rios, montanhas)		
C. () Limites invisíveis (linhas imaginárias) que separam países, estados ou regiões	42,85%	57,15%
D. () Áreas desabitadas entre um país e outro		
Total:	100%	

Figura 06 – Conceito de Fronteiras



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

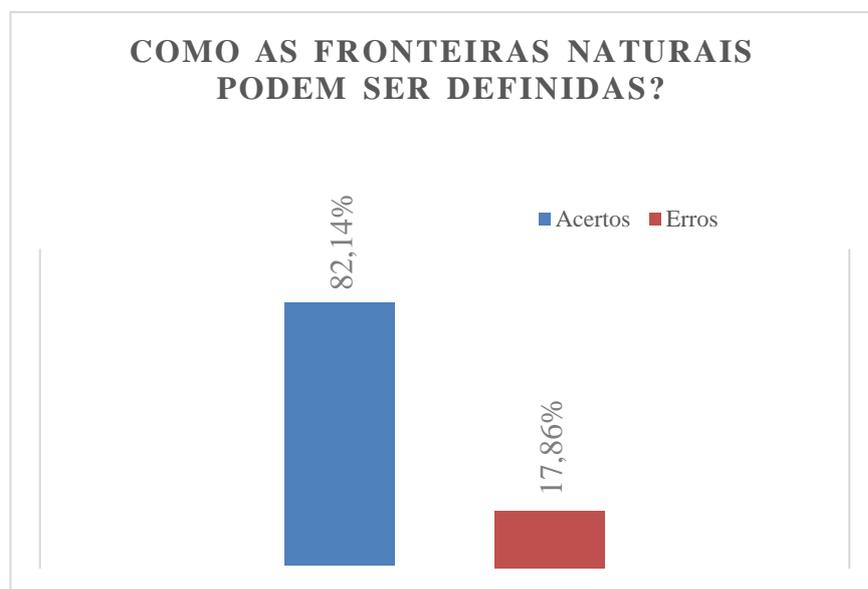
A primeira questão alternativa pergunta “o que são fronteiras”, 42,85% dos alunos responderam corretamente que “são limites invisíveis (linhas imaginárias) que separam países, estados ou regiões”. Por outro lado, 57,15% associaram incorretamente o conceito de fronteiras. O que representa que a maioria associou erroneamente o conceito.

Todavia, os alunos demonstram entender de forma “prática” o que são fronteiras, dado o nível de acertos em relação a definição de fronteiras naturais e artificiais como mostra as tabelas/gráficos abaixo:

Tabela 5 – Como as fronteiras naturais podem ser definidas?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () São aquelas definidas pela soberania dos Estados		
B. () São aquelas que se formam a partir de elementos naturais, como rios, montanhas, oceanos e desertos.	82,14%	17,86%
C. () São apenas condições marítimas que separam uma nação de outra		
D. () São convenções acordadas entre as potências hegemônicas		
Total:	100%	

Figura 07 – Definição de fronteiras naturais



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

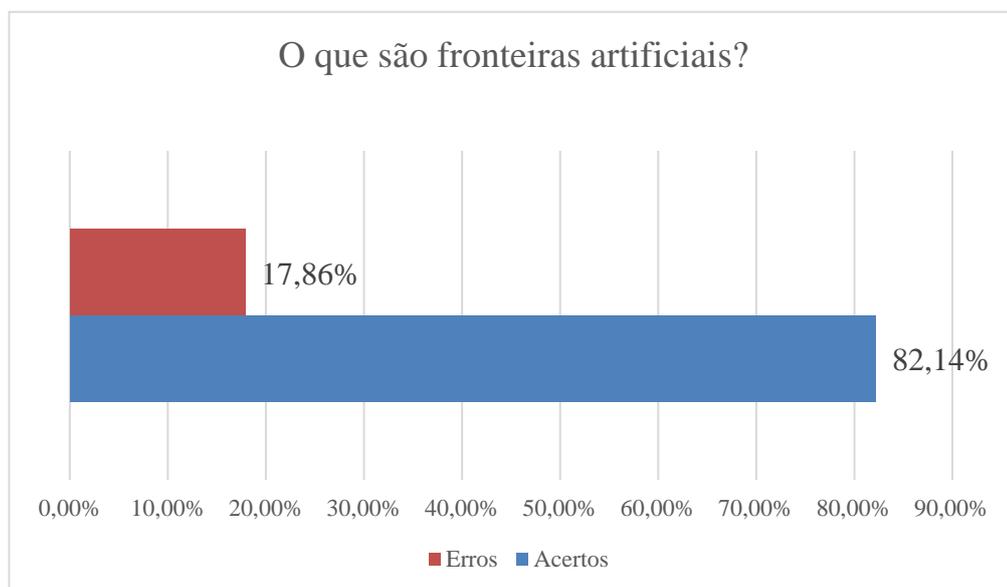
Quando indagados sobre o que são fronteiras naturais, 82,14% dos alunos associaram corretamente que “são aquelas que se formam a partir de elementos naturais, como rios, montanhas, oceanos e desertos”, como o próprio termo sugere. Em contraste, 17,86% associaram de forma incorreta a definição fronteiras naturais.

A sexta questão tinha como objetivo associar a definição de fronteiras artificiais.

Tabela 6 – O que são fronteiras artificiais?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () São aquelas criadas por decisões políticas, sem levar em conta fatores naturais ou culturais, geralmente traçadas em linhas retas.	82,14%	17,86%
B. () São aquelas que se estabelecem de forma democrática e diplomática através de um plebiscito.		
C. () São aquelas que só podem ser delimitadas se houver alguma barreira natural. Ex: montanhas, rios.		
D. () São convenções acordadas entre as potências hegemônicas		
Total:	100%	

Figura 08 – Definição de fronteiras artificiais



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

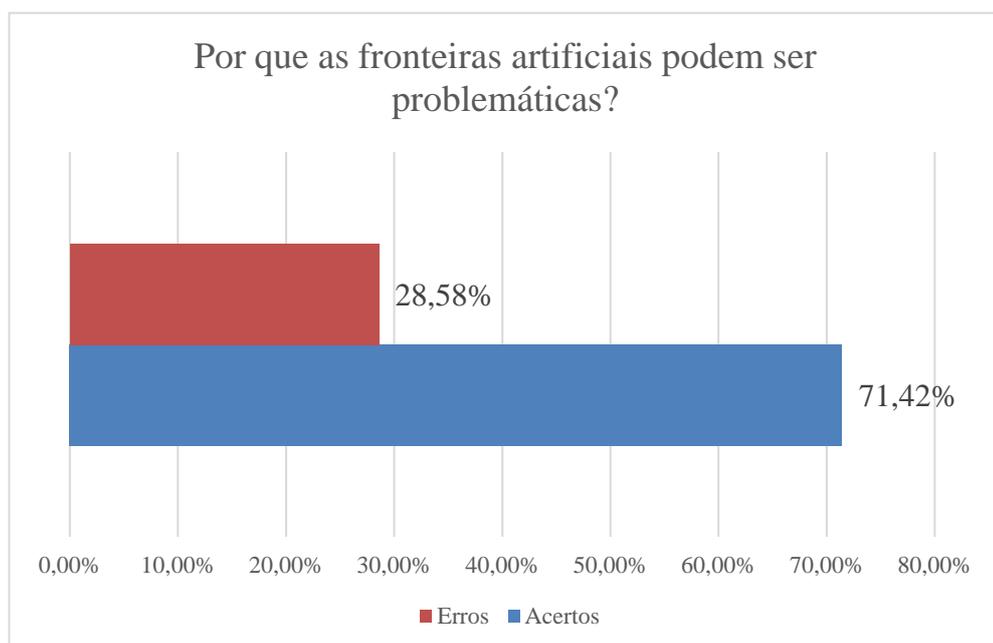
Como na questão anterior, 82,14% dos alunos responderam corretamente que as fronteiras artificiais “são aquelas criadas por decisões políticas, sem levar em conta fatores naturais ou culturais, geralmente traçadas em linhas retas”. Em contrapartida, 17,86% associaram erroneamente essa definição.

Ainda com a finalidade de diagnosticar o entendimento dos alunos sobre “fronteiras artificiais”, a sétima questão indaga os alunos sobre a problemática das fronteiras.

Tabela 7 – Por que as fronteiras artificiais podem ser problemáticas?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Somente em razão da proteção dos recursos naturais presentes em determinado território		
B. () Apenas pela necessidade de criação de blocos econômicos para manter as relações internacionais		
C. () Porque podem dividir grupos étnicos ou culturais, causando conflitos e tensões. Ex: (Questão Palestina X Israel)	71,42%	28,58%
D. () Nenhuma das alternativas anteriores		
Total:	100%	

Figura 09 – Problemática das fronteiras



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

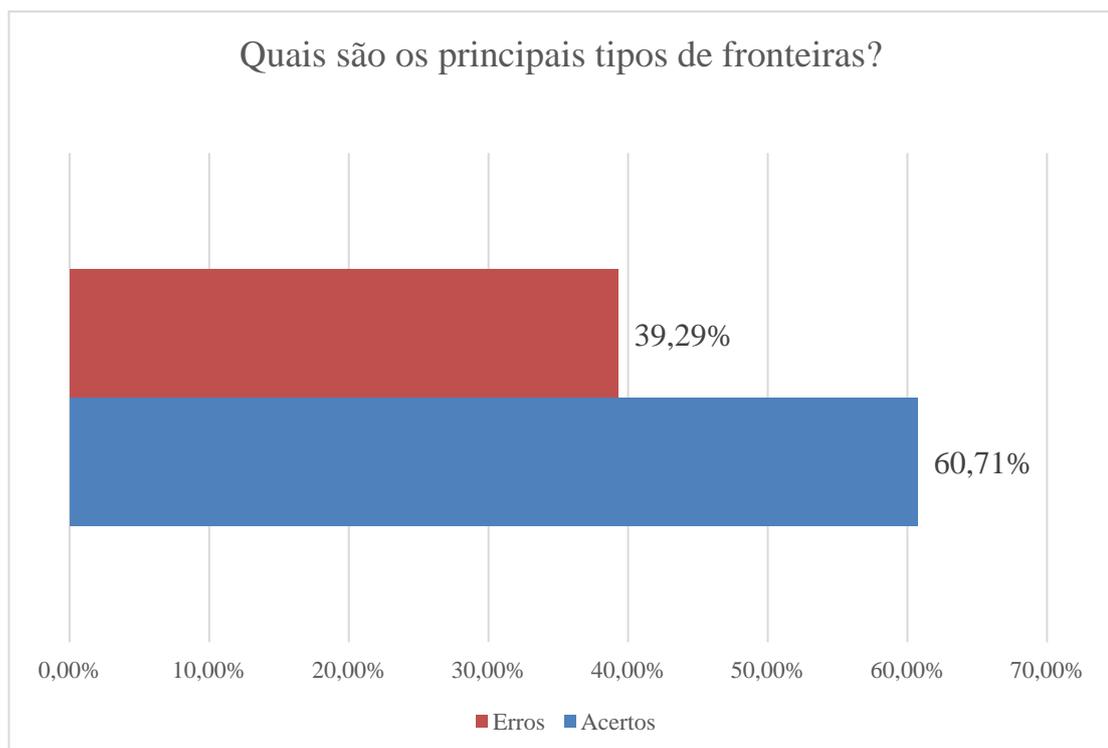
Dentre as razões apresentadas nas alternativas, 71,42% dos alunos responderam corretamente que as fronteiras artificiais podem ser problemáticas “porque podem dividir grupos étnicos ou culturais, causando conflitos e tensões”. A exemplo das fronteiras traçadas no Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial. Em contrapartida, 28,58% dos pesquisados marcaram incorretamente a alternativa.

Para finalizar a etapa que envolve esse conceito, a oitava questão indaga os alunos em relação aos principais tipos de fronteiras.

Tabela 8 – Quais são os principais tipos de fronteiras?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Históricas, econômicas e militares		
B. () Culturais, sociais e históricas		
C. () Naturais, urbanas e sociais		
D. () Naturais, culturais e políticas	60,71%	39,29%
Total:	100%	

Figura 10 – Principais tipos de fronteiras



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nesse quesito, 60,71% dos alunos responderam corretamente que os principais tipos de fronteiras são as “naturais, culturais e políticas”, em contraste, 39,29 % assinalaram alguma alternativa incorreta.

Nesse primeiro bloco de questões objetivas, que envolve questões voltadas ao entendimento do conceito de fronteiras, foi possível diagnosticar que de imediato 57,15% dos alunos pesquisados associaram incorretamente o conceito. Entretanto 82,14% dos alunos associaram corretamente tanto o conceito de fronteiras naturais, quanto o conceito de fronteiras artificiais.

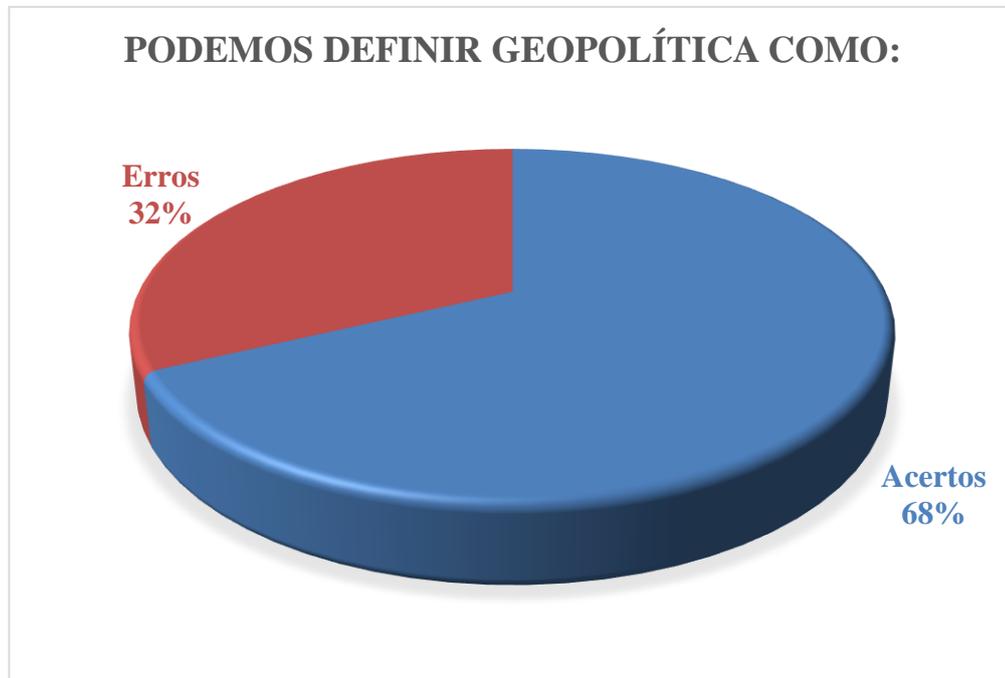
A maioria, representada por 71,42% dos alunos também demonstrou entender o porquê de as fronteiras artificiais serem problemáticas e 60,71% dos alunos associaram corretamente sobre quais são os principais tipos de fronteiras.

A partir da nona questão os alunos foram indagados sobre o conceito, as teorias, o Ensino e a Aprendizagem das questões geopolíticas.

- **Ensino e Aprendizagem das questões geopolíticas**

Tabela 9 – Podemos definir geopolítica como:

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Um ramo da geografia que estuda exclusivamente as divisões administrativas.		
B. () O estudo das relações entre espaço geográfico e poder político	67,85%	32,15%
C. () Um ramo da cartografia utilizado para a confecção de mapas estratégicos		
D. () A área da geografia que se preocupa em representar as regiões		
Total:	100%	

Figura 11 – Definição de geopolítica

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em relação a definição de geopolítica, 67,85% dos alunos responderam corretamente que “é o estudo das relações entre espaço geográfico e poder político”. Contudo, 32,15% dos alunos associaram incorretamente a questão.

Dando continuidade, os alunos foram questionados sobre o papel do Estado nas ações geopolíticas, nesse sentido foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 10 – Sobre o papel do Estado nas ações geopolíticas podemos destacar:

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Somente a influência cultural e econômica		
B. () Somente a influência ideológica e sanções a nações adversárias		
C. () Cercamento das fronteiras e políticas autoritárias		
D. () Política Externa, Defesa e Segurança Nacional e gestão dos recursos naturais	64,28%	35,72%
Total:	100%	

Figura 12 – Papel do Estado nas ações geopolíticas



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

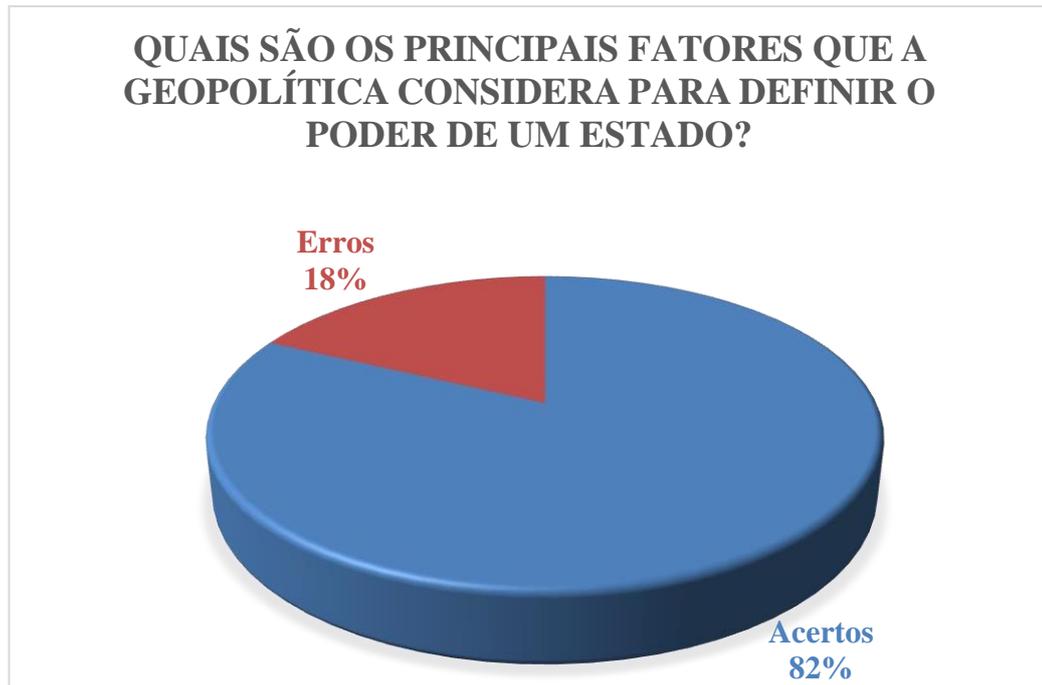
Sobre o papel do Estado nas ações geopolíticas, 64,28% dos alunos responderam de forma correta que se destacam a “Política Externa, Defesa e Segurança Nacional e gestão dos recursos naturais”, sendo um papel central. Todavia, 35,72% dos alunos assinalaram incorretamente.

Subsequente a esse ponto, os alunos foram questionados sobre os fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado.

Tabela 11 – Quais são os principais fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Apenas a força militar		
B. () A cultura e a religião de um povo		
C. () Apenas a economia		
D. () A força militar, a economia e a geografia do país	82,14%	17,86%
Total:	100%	

Figura 13 – Principais fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante dos fatores apresentados, 82,14% dos alunos acertaram que são eles: “a força militar, a economia e a geografia do país”, 17,86% deles assinalaram de forma incorreta/equivocada ao considerar apenas um fator ou fatores não primordiais para definir esse poder do Estado.

Em relação às teorias geopolíticas que analisam o controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país, os alunos foram indagados sobre quais são esses dois poderes.

Tabela 12 – Dentre as teorias geopolíticas que analisam o controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país se destaca os poderes:

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Terrestre e marítimo	32,14%	67,86%
B. () Político e climático		
C. () Econômico e espacial		
D. () Nenhuma das alternativas anteriores		
Total:	100%	

Figura 14 – Poderes de controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Dos alunos pesquisados, 32,14% acertaram que dentre as teorias geopolíticas que analisam o controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país se destaca os poderes “terrestre e marítimo”. Em contrapartida, 67,86% responderam incorretamente à questão.

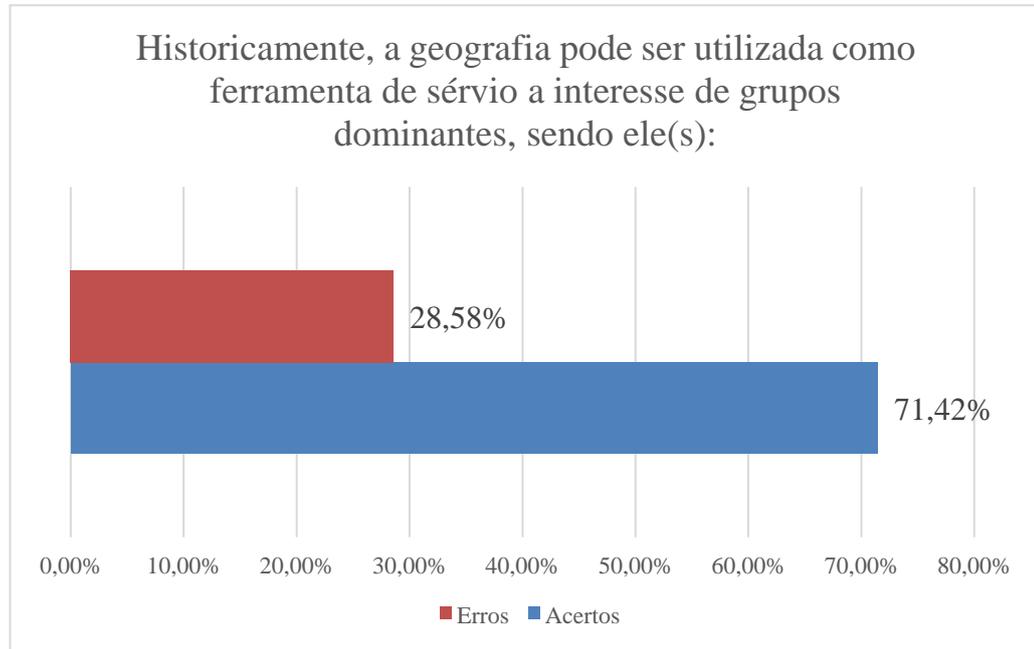
A décima terceira questão afirma que “historicamente, a geografia pode ser utilizada como ferramenta à serviço de interesses de grupos dominantes”. A exemplo podemos mencionar a era colonial, assim como a geopolítica no século XX, onde governos e poderes militares de países hegemônicos utilizaram o conhecimento geográfico para planejar expansões territoriais e guerras.

Tabela 13 – Historicamente, a geografia pode ser utilizada como ferramenta de serviço a interesse de grupos dominantes, sendo ele(s):

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Apenas políticos		
B. () Apenas econômicos		
C. () Políticos, militares e econômicos	71,42%	28,58%
D. () Nenhuma das opções acima		

Total:	100%
---------------	-------------

Figura 15 – Geografia como ferramenta de serviço a interesse das superestruturas



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

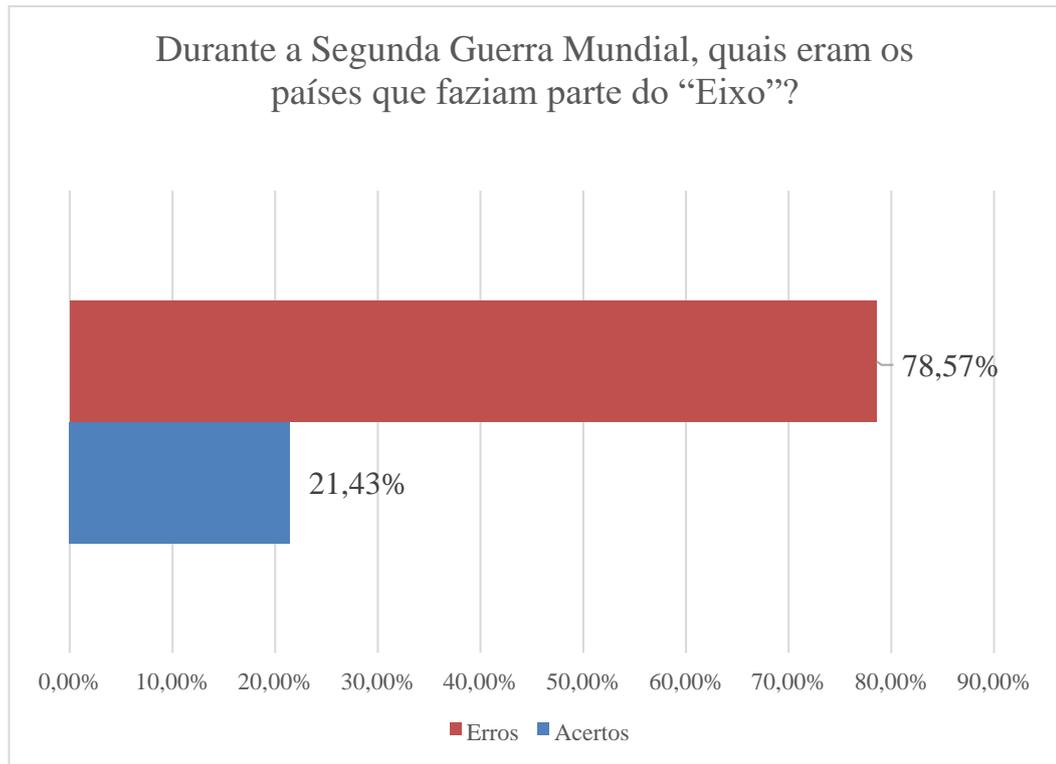
Nessa assertiva, 71,42% dos alunos responderam corretamente que são eles os poderes: “Políticos, militares e econômicos”. Por outro lado, 28,58% associaram equivocadamente ao considerar apenas um poder ou “nenhuma das alternativas”.

A Décima quarta e décima quinta questões são perguntas relacionadas a divisão entre duas grandes alianças durante a Segunda Guerra Mundial: O Eixo e os Aliados.

Tabela 14 – Durante a Segunda Guerra Mundial, quais eram os países que faziam parte do “Eixo”?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Alemanha, União Soviética e Japão		
B. () Alemanha, Itália e Japão	21,43%	78,57%
C. () França, Reino Unido e Alemanha		
D. () Japão, China e União Soviética		
Total:	100%	

Figura 16 – Países do “Eixo” na Segunda Guerra Mundial



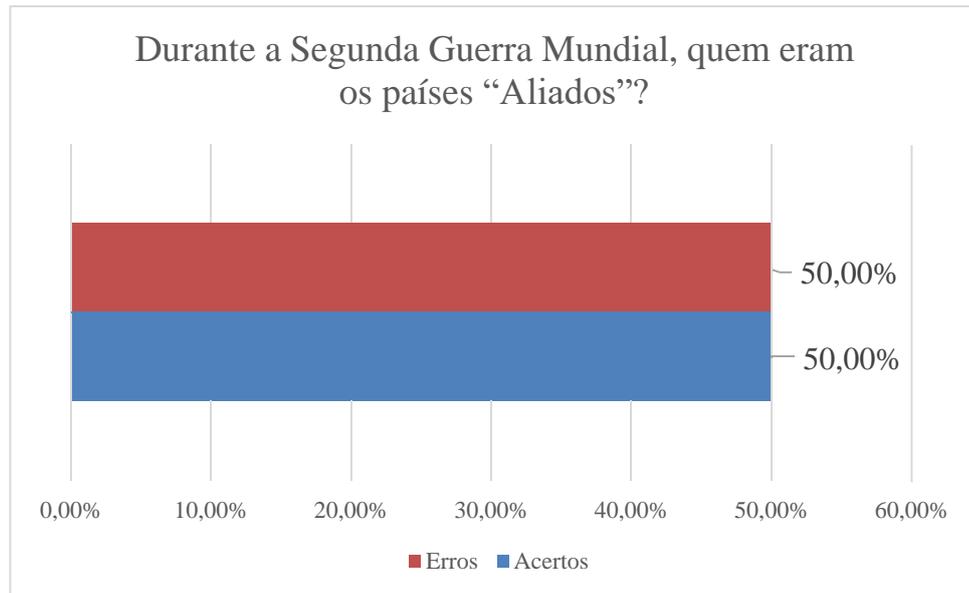
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Quando perguntados sobre quais eram os países que faziam parte da aliança do Eixo, apenas 21,43% souberam responder corretamente que se tratava da “Alemanha, Itália e Japão”. Por outro lado, 78,57% dos alunos responderam erroneamente a questão. O que representa que a grande maioria desconhece sobre os países do Eixo, mesmo tendo estudado sobre a Segunda Guerra Mundial nas disciplinas de História e Geografia.

A questão subsequente perguntava sobre os países rivais a aliança do Eixo.

Tabela 15 – Durante a Segunda Guerra Mundial, quem eram os países “Aliados”?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Reino Unido, Japão e China		
B. () Alemanha, Estados Unidos e França		
C. () Estados Unidos, Alemanha e Japão		
D. () Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, França e China	50,00%	50,00%
Total:	100%	

Figura 17 – Países “Aliados” na Segunda Guerra Mundial

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

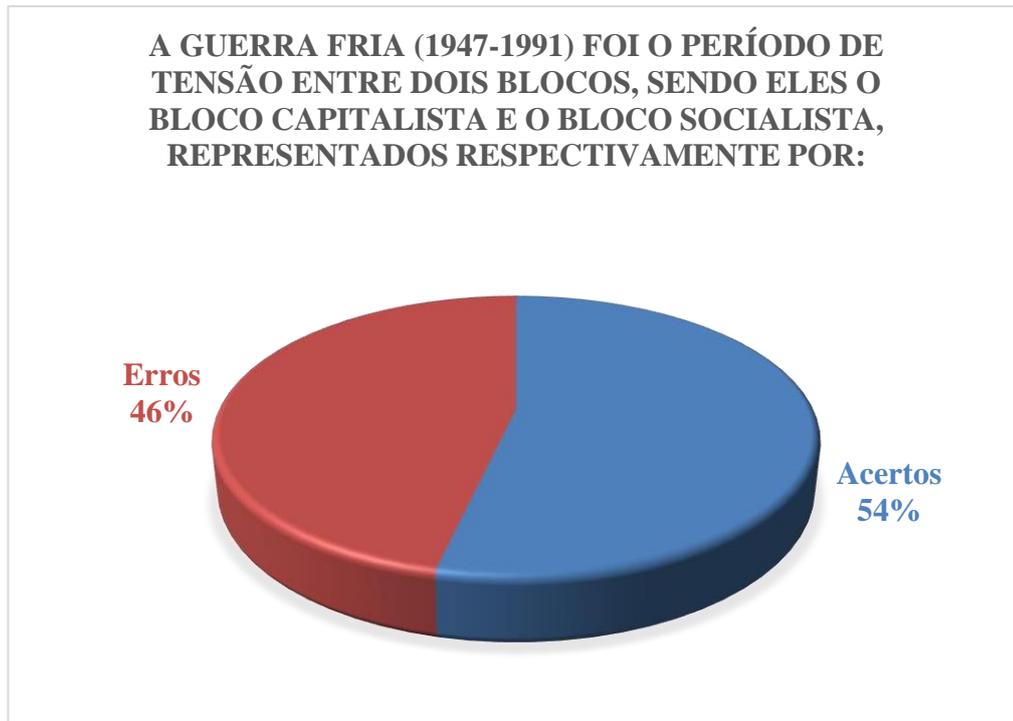
Nessa questão, metade dos alunos pesquisados (50%) responderam corretamente que durante a Segunda Guerra Mundial os países aliados eram: “Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, França e China”. A outra metade (50%) respondeu incorretamente assinalando alternativas que compunham ao menos um país da aliança do Eixo.

As questões 16 a 18 são referentes ao período pós-Segunda Guerra Mundial. Que ficou marcado como o período de tensão entre dois grandes blocos econômicos.

Tabela 16 – A Guerra Fria (1947-1991) foi o período de tensão entre dois blocos, sendo eles o bloco capitalista e o bloco socialista, representados respectivamente por:

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Reino Unido e França		
B. () Alemanha e União Soviética		
C. () Estados Unidos e China		
D. () Estados Unidos e União Soviética	53,57%	46,43%
Total:	100%	

Figura 18 – Blocos econômicos durante a Guerra Fria



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nesse ponto, 53,57% dos alunos responderam corretamente que são eles: “O bloco capitalista (representado pelos Estados Unidos) e o bloco socialista (representado pela antiga União Soviética), ou seja, pouco mais da metade dos alunos que responderam ao questionário sabem quem eram os países que lideraram esse período de divisão política, econômica e ideológica. Por outro lado, 46,43% dos alunos assinalaram erroneamente alternativas com países que não lideravam esse período de disputa.

A décima sétima questão envolvia o conhecimento da geografia histórica, bem como da interpretação cartográfica em relação as coordenadas geográficas e a divisão entre Oriente e Ocidente segundo critérios geopolíticos, econômicos e culturais.

Tabela 17 – No período de Guerra Fria, o conceito de Ocidente passa por um processo de “regionalização” por parte de algumas instituições capitalistas, desconsiderando o Meridiano de Greenwich que divide o mundo em Oriente (Leste) e Ocidente (Oeste), diante disso, quais países são considerados “Ocidentais” mesmo estando a Leste do Meridiano?

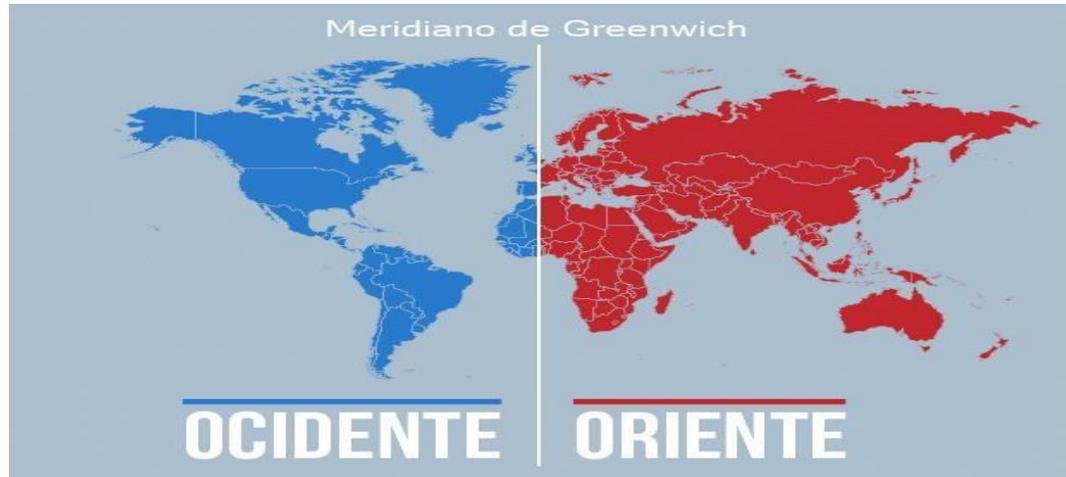


Figura 19: A divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>

Acesso em: 23/08/2024

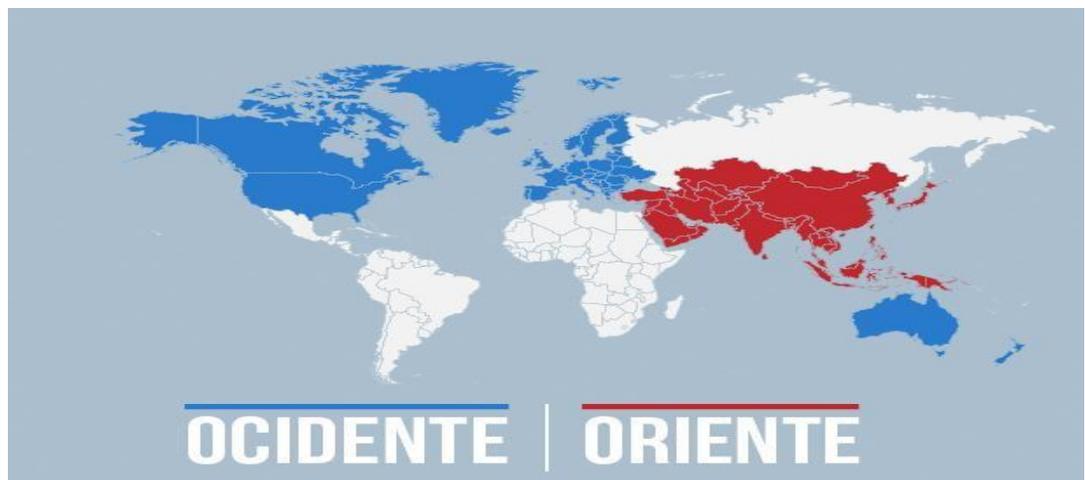


Figura 20: A divisão entre Ocidente e Oriente segundo critérios (Geopolíticos, econômicos e culturais)

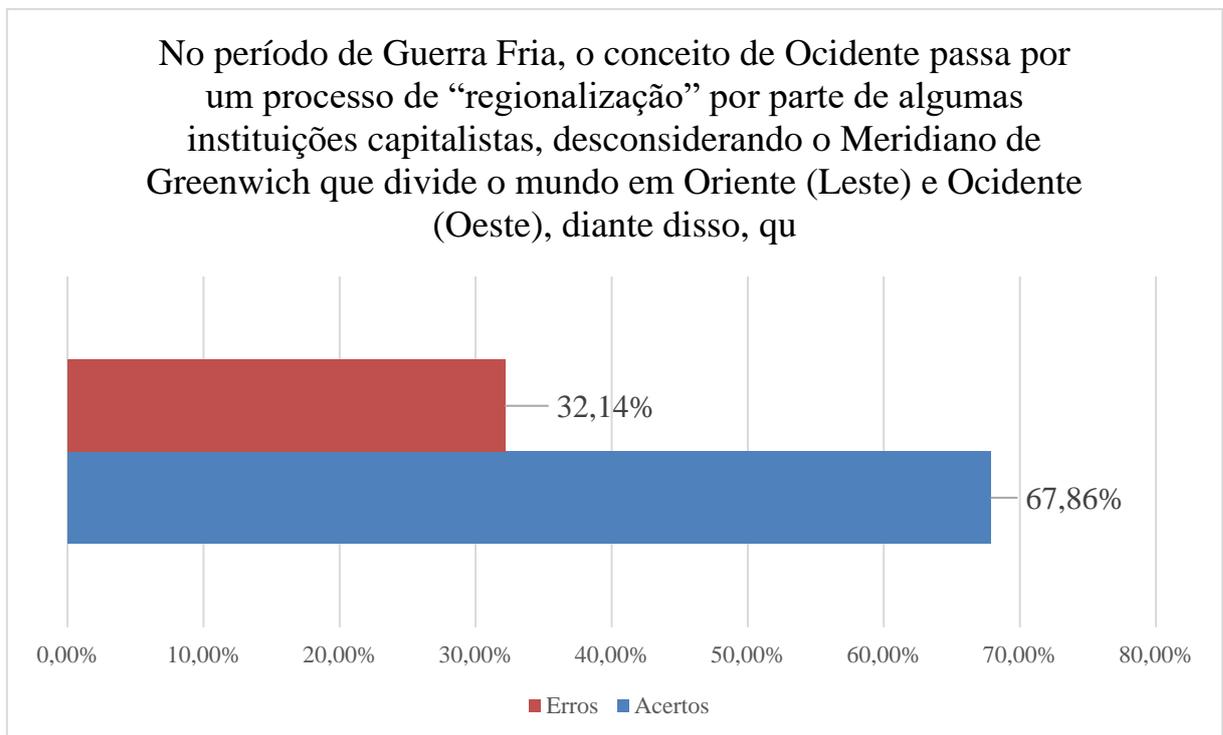
Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>

Acesso em: 23/08/2024

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Japão e Rússia		

B. () Austrália, Nova Zelândia e boa parte da Europa	67,86%	32,14%
C. () China e Índia		
D. () Turquia e Paquistão		
Total:	100%	

Figura 21 – Divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich e segundo critérios geopolíticos, econômicos e culturais



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

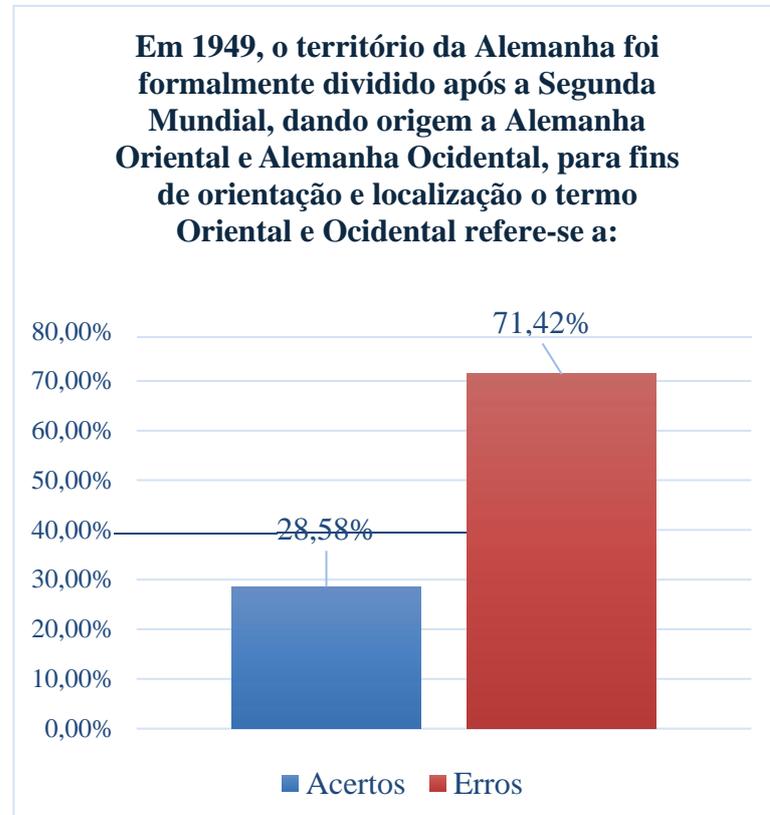
Nessa questão, 67,86% dos alunos interpretaram de forma correta que, segundo critérios geopolíticos, econômicos e culturais os países que são considerados “Ocidentais” mesmo estando a Leste do Meridiano de Greenwich na Figura 20 são: “Austrália, Nova Zelândia e boa parte da Europa”, outros 32,14% dos alunos interpretaram de forma incorreta a informação do enunciado e a análise das figuras 19 e 20. Diante do percentual, a leitura do enunciado e a interpretação dos mapas em ambas as figuras pode ter contribuído com o resultado positivo, visto que 67,86% dos alunos responderam corretamente à questão objetiva. Durante a aplicação do questionário realizado presencialmente na escola, necessitou-se que a impressão fosse colorida, visto que a cor em uma legenda de um mapa é fundamental para a compreensão visual da informação.

A décima oitava questão visa identificar o domínio dos alunos em relação a orientação cartográfica. Para isso foi exemplificado a divisão territorial da Alemanha no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial.

Tabela 18 – Em 1949, o território da Alemanha foi formalmente dividido após a Segunda Mundial, dando origem a Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, para fins de orientação e localização o termo Oriental e Ocidental refere-se a:

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Norte e Sul		
B. () Leste e Oeste	28,57%	71,42%
C. () Norte e Leste		
D. () Sul e Oeste		
Total:	100%	

Figura 22 – Pontos cardeais na identificação dos hemisférios Oriental e Ocidental



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Quando questionados em relação a associação entre Oriental e Ocidental, apenas 28,58% dos alunos responderam corretamente que se refere aos pontos cardeais “Leste e Oeste”. Por outro lado, 71,42% responderam erroneamente à questão, associando ao menos um dos hemisférios mencionados (Oriental e Ocidental), ao hemisfério (Norte/Setentrional) e/ou (Sul/Meridional). O que representa uma lacuna a ser trabalhada para uma eficiente compreensão da localização dos eventos marcados no espaço geográfico.

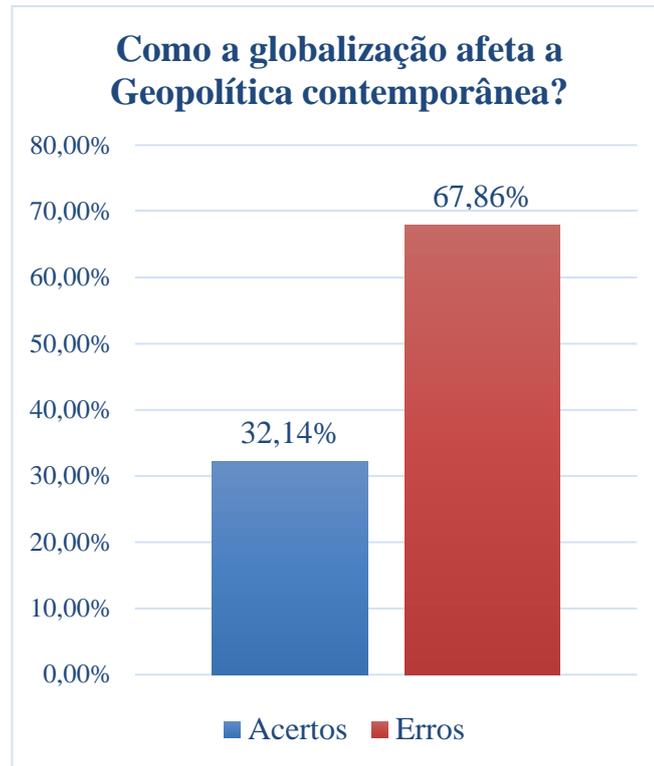
Mesmo se tratando do simples domínio em relação aos pontos cardeais, onde os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental deveriam majoritariamente dominar essa questão, nota-se que se a questão apresentasse um mapa identificando o território da Alemanha nesse período, o resultado dessa questão poderia ser positivo. Daí a importância das representações cartográficas desde o procedimento didático de uma aula. Necessitando-se que além do material presente nos livros didáticos, os professores estimulem a aprendizagem cartográfica com indagações e atividades diversas; desde trabalhos em equipe, até atividades alternativas como colorir e identificar elementos do mapa. Facilitando com isso, a aprendizagem do conteúdo.

A penúltima questão indaga os alunos em relação aos efeitos da globalização na geopolítica contemporânea.

Tabela 19 – Como a globalização afeta a Geopolítica contemporânea?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Diminui a importância das fronteiras e facilita cooperação entre os países	32,14%	67,86%
B. () Anula completamente os conflitos territoriais		
C. () Propaga o protecionismo e reforça a soberania nacional		
D. () Anula completamente os interesses das potências político e econômicas		
Total:	100%	

Figura 23 – Efeitos da globalização na geopolítica contemporânea



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Sobre os efeitos da globalização nas ações da geopolítica contemporânea, 32,14% dos alunos assinalaram corretamente que esse processo “diminui a importância das fronteiras e facilita cooperação entre os países”. Logo, 67,86% dos alunos responderam erroneamente à questão. Com o fim do período denominado de Guerra Fria, a atualidade é marcada pela multipolaridade, com os efeitos da globalização, economias emergentes como a China modificaram a distribuição do poder, antes predominantes entre as potências hegemônicas ocidentais.

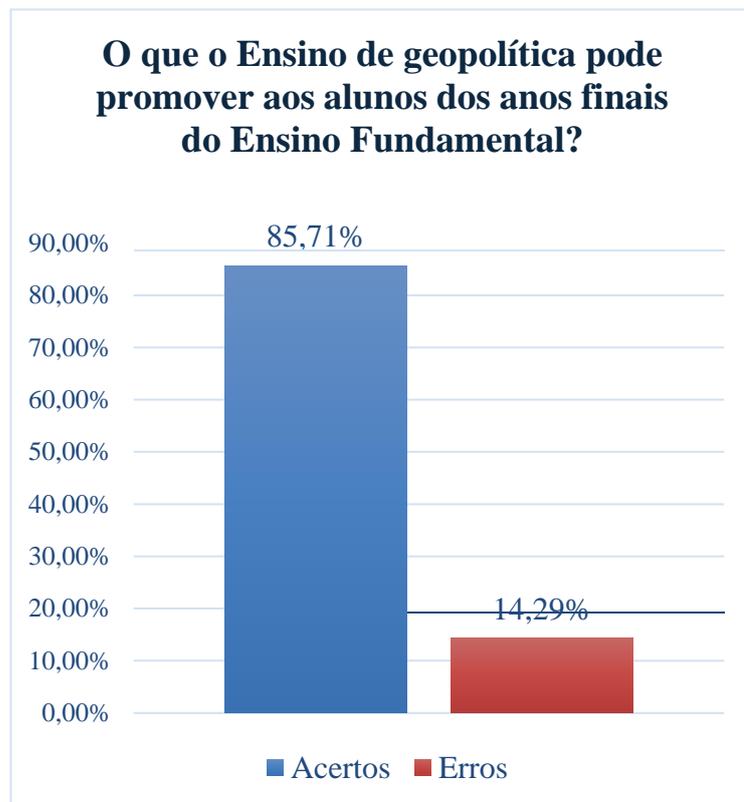
Com os avanços nos meios de transporte e comunicação, bem como com a criação de blocos econômicos, a globalização, essencialmente no período de Revolução Técnico-Científico-Informacional a partir da segunda metade do século XX, propiciou a instalação de multinacionais em países da Ásia por exemplo. Logo, a “redução nas fronteiras” está associada a interdependência entre os países, exigindo assim a diplomacia e a cooperação por interesses econômicos.

Por fim, os alunos foram questionados sobre a importância do Ensino de geopolítica para os anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 20 – O que o Ensino de geopolítica pode promover aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental?

	Respostas obtidas	
	Acertos	Erros
A. () Consciência global, pensamento crítico e compreensão histórica	85,71%	14,29%
B. () Generalização dos fenômenos sociais		
C. () Apenas um olhar estratégico em relação recursos naturais		
D. () Somente decorar o nome dos países e suas capitais		
Total:	100%	

Figura 24 – Habilidades promovidas pelo Ensino de Geopolítica nos anos finais do Ensino Fundamental



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

No tocante a esse papel do Ensino de geopolítica, 85,71% dos alunos responderam corretamente que esse promove a: “consciência global, pensamento crítico e compreensão histórica”. Porém, 14,29% dos alunos pesquisados assinalaram incorretamente a questão.

Com isso, esse aprendizado é essencial para que os alunos, desde os anos finais do Ensino Fundamental, possam compreender a formação do cenário mundial contemporâneo. Que envolve desde o entendimento sobre o papel dos Estados nas ações geopolíticas, até a compreensão histórica sobre o período entreguerras e da Guerra Fria; caracterizada pela ordem bipolar, sendo um período de tensão política, ideológica e militar entre os EUA e a URSS.

Além disso, o Ensino de geopolítica pode promover com a compreensão acerca desse período pós-guerra, o entendimento sobre as transformações econômicas e tecnológicas, que culminaram no desenvolvimento de várias tecnologias, a exemplo da internet. Por fim, os alunos compreendendo esses aspectos, podem analisar de forma crítica os conflitos, as alianças internacionais, os interesses econômicos e a multipolaridade, questões que marcam a geopolítica contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho possibilitou uma amostra sobre a importância das representações cartográficas no fomento da compreensão holística das questões geopolíticas. A partir dos resultados obtidos na amostra da **tabela 2** do questionário, a maioria dos alunos pesquisados (75%), concordam que o uso de mapas contribui com o melhor entendimento das questões Geopolíticas. Demonstrando o interesse deles em compreender e analisar essas questões com o auxílio da cartografia durante as aulas.

Foi identificado tanto nos procedimentos didáticos durante o Estágio de regência em 2023 quanto na aplicação do questionário em 2024, lacunas em relação ao domínio dos alunos sobre coordenadas geográficas, desde os pontos cardeais.

Verificou-se na **tabela 18** do questionário, que aborda localização e orientação, um *déficit* em relação a essa competência. A questão indagava os alunos em relação ao território da Alemanha, que no ano de 1949, durante a Guerra Fria, foi dividido em Alemanha Oriental e Ocidental. Como resultado, apenas 28,57% dos alunos associaram corretamente a questão.

Todavia, na questão anterior (**tabela 17**) que apresentava a divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich e segundo critérios hegemônicos (figuras **19 e 20** respectivamente); parte significativa dos alunos (67,86%) responderam corretamente à questão. A interpretação do enunciado aliada à análise das figuras potencialmente contribuiu para o resultado positivo.

Diante dessa análise, torna-se essencial a inclusão das representações cartográficas nas aulas de Geografia, onde conceitos complexos da Geopolítica para alunos do fundamental II, podem ser facilitados com o uso dessas ferramentas, desenvolvendo nesse processo o raciocínio geográfico e a alfabetização cartográfica. Penha e Cintra (2023) defendem uma prática pedagógica reflexiva, que incentive um planejamento das aulas de Geografia com o uso frequente das representações, promovendo assim um aprendizado mais crítico a partir desse grau de escolaridade.

Outro ponto de destaque na “etapa qualitativa” do questionário, é a influência da “sociedade *mass media*” na aprendizagem da mais nova geração. Onde de acordo com as respostas obtidas na amostra da **tabela 3**; 85,71% dos alunos responderam que utilizam “redes sociais (youtube, facebook, Instagram) dentre outras” como meios para aprender sobre os países e territórios do mundo. Alinhando-se às colocações de Pretto (2013) sobre a nova realidade, que demanda como caminho uma formação crítica e que prepare alunos para lidar e questionar sobre as complexidades do mundo atual.

Por fim, acredita-se que o Ensino de geopolítica com auxílio das representações cartográficas é um caminho importante para promover a formação do senso crítico e as habilidades de argumentação de jovens que anseiam e carecem de estímulos visuais. Esta pesquisa não almeja ser um “manual de ensino de geopolítica”, e sim um caminho e uma referência para a construção de outras pesquisas que busquem contribuir para a Educação e para a formação de cidadãos conscientes em relação aos aspectos globais, promovendo: a conscientização da importância dos recursos hídricos e da Segurança alimentar, do entendimento das ações políticas internacionais entorno dos recursos naturais, bem como da leitura crítica sobre as migrações modernas e a compreensão histórica sobre os conflitos territoriais que perduram na atualidade e que possuem origens seculares.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 de junho de 2024.
- Brigola, H. F. (2023). O Pensamento Geopolítico de Karl Haushofer. *GEOGRAFIA (Londrina)*, 32(1), 49–60. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2023v32n1p49>
- Costa¹, Franklin Roberto da. Lima², Francisco de Assis Fernandes. A linguagem cartográfica e o ensino-aprendizagem da Geografia: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 16, n. 2, p. 105-116. maio/ ago. 2012.
- Costa, Wanderley Messias da. **Geografia e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder** / Wanderley Messias da Costa. 2 ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 1ª edição 1992 (Edusp/Hucitec). 2ª edição 2008 (Edusp).
- Corrêa, Roberto Lobato. **Região e organização espacial** / Roberto Lobato Corrêa. 8.ed. – São Paulo: Ática, 2007. P. 22-81. 1. ed. 1986.
- Guerra¹, Edgard Vieira. Costa², Nayara da Silva. Geografia brasileira: novas e velhas leituras sobre Ratzel. *Revista de Geopolítica*, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 220 – 229, jul./dez. 2012.
- Lacoste, Yves. **A Geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a Guerra – Iniciativas editoriais, Lisboa 1977 – Trad. de: La Géographie, ça sert d’abord à faire la guerre – Máspero, Paris 1976.
- Moraes, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 20ª ed. 2007.
- Moraes, Antônio Carlos R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- Penha. Eli Alves. **História das Relações Internacionais: teoria e processos** / Organizadores, Mônica Leite Lessa, Williams da Silva Gonçalves. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 250 p. – (Coleção Comenius). p. 134-163.
- Penha¹, Francimar Lourenço dos Santos. Cintra², Danielle Pereira. A importância das representações cartográficas no ensino de Geografia escolar do fundamental II. **Estrabão**. Vol. (5): 43 – 51. 2023.
- Pretto, Nelson de Luca, 1954- **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia** / Nelson De Luca Pretto; apresentação, Ismar de Oliveira Soares. - 8. ed. rev. e atual. - Salvador: EDUFBA, 2013. 286 p.
- Saviani, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**/Dermeval Saviani-11.ed.rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

Souza, Gustavo Matiuzzi de. Noções de fronteira na teoria e práxis do regionalismo: Uma visão crítica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-261, maio-ago. 2018.

Tonetto¹, Élide Pasini. Tonini², Ivaine Maria. Ensinar e aprender geografia com/nas redes sociais. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V. 2, N. 3, p. 87 - 96, jan. / jun. 2015.

Vlach, Vânia. Papel do Ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Porto Alegre, 28 de maio – 1 de junho de 2007.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO:

Dados pessoais

Nome:

Idade:

Gênero: () Masculino () Feminino

- **Perguntas pessoais. TEMA: Geopolítica**

1. Quais temas de geopolítica você mais domina?

- () **Conflitos territoriais** (Disputas por fronteiras e controle de recursos naturais.
Ex: Questão Palestina e Israel; Rússia e Ucrânia)
- () **A ordem bipolar** (Ex: Guerra Fria, Corridas armamentista e espacial)
- () **Globalização e mundialização** (Ex: Interdependência, blocos econômicos)
- () **Imigração e refugiados** (Ex: fluxos migratórios e seus efeitos geopolíticos)

2. Você acredita que o uso de mapas contribui com o melhor entendimento das questões Geopolíticas? (fronteiras, recursos naturais, conflitos territoriais, relações internacionais)

- () Sim () Não
- () Talvez () Em algumas ocasiões -----

3. Além da sala de aula, qual meio você mais utiliza para aprender sobre os países e territórios do mundo?

- () livro didático/artigos
- () telejornais
- () redes sociais (youtube, facebook, Instagram) dentre outras.
- () Outro -----

Questões sobre Fronteiras

LEIA O ENUNCIADO E RESPONDA AS QUESTÕES ABAIXO:

Podemos afirmar que a **globalização** envolve a intensificação das trocas comerciais onde as fronteiras são “reduzidas” por meio do avanço nos meios do transporte. Além disso a economia global se realiza em um processo de interdependência econômica, e a cultura é afetada pelos meios de comunicação. Os efeitos desse processo geram também desafios

como desigualdade econômica e impacto ambiental por conta do aumento da produção e do consumo.

Diante dessa nova realidade complexa, é importante dominarmos e refletirmos sobre o conceito de fronteiras e saber distinguir o que são fronteiras naturais e o que são fronteiras artificiais. Conforme o enunciado, marquem (X) na alternativa correta.

4. O que são Fronteiras?

- A. () Somente linhas que delimitam cidades
- B. () Barreiras naturais que separam estados como (rios, montanhas)
- C. () Limites invisíveis (linhas imaginárias) que separam países, estados ou regiões
- D. () Áreas desabitadas entre um país e outro

5. Como as fronteiras naturais podem ser definidas?

- A. () São aquelas definidas pela soberania dos Estados
- B. () São aquelas que se formam a partir de elementos naturais, como rios, montanhas, oceanos e desertos.
- C. () São apenas condições marítimas que separam uma nação de outra
- D. () São convenções acordadas entre as potências hegemônicas

6. O que são fronteiras artificiais?

- A. () São aquelas criadas por decisões políticas, sem levar em conta fatores naturais ou culturais, geralmente traçadas em linhas retas.
- B. () São aquelas que se estabelecem de forma democrática e diplomática através de um plebiscito
- C. () São aquelas que só podem ser delimitadas se houver alguma barreira natural. Ex: (montanhas, rios)
- D. () São convenções acordadas entre as potências hegemônicas

7. Por que as fronteiras artificiais podem ser problemáticas?

- A. () Somente em razão da proteção dos recursos naturais presentes em determinado território
- B. () Apenas pela necessidade de criação de blocos econômicos para manter as relações internacionais
- C. () Porque podem dividir grupos étnicos ou culturais, causando conflitos e tensões. Ex: (Questão Palestina X Israel)
- D. () Nenhuma das alternativas anteriores

8. Quais são os principais tipos de fronteiras?

- A. () Históricas, econômicas e militares
- B. () Culturais, sociais e históricas

- C. () Naturais, urbanas e sociais
- D. () Naturais, culturais e políticas

- **Ensino e Aprendizagem das questões geopolíticas**

9. Podemos definir geopolítica como:

- A. () Um ramo da geografia que estuda exclusivamente as divisões administrativas.
- B. () O estudo das relações entre espaço geográfico e poder político
- C. () Um ramo da cartografia utilizado para a confecção de mapas estratégicos
- D. () A área da geografia que se preocupa em representar as regiões

10. Sobre o papel do Estado nas ações geopolíticas podemos destacar:

- A. () Somente a influência cultural e econômica
- B. () Somente a influência ideológica e sanções a nações adversárias
- C. () Cercamento das fronteiras e políticas autoritárias
- D. () Política Externa, Defesa e Segurança Nacional e gestão dos recursos naturais

11. Quais são os principais fatores que a geopolítica considera para definir o poder de um Estado?

- A. () Apenas a força militar
- B. () A cultura e a religião de um povo
- C. () Apenas a economia
- D. () A força militar, a economia e a geografia do país

12. Dentre as teorias geopolíticas que analisam o controle de áreas estratégicas que beneficiam ou não a geografia de um país se destaca os poderes:

- A. () Terrestre e marítimo
- B. () Político e climático
- C. () Econômico e espacial
- D. () Nenhuma das alternativas anteriores

13. Historicamente, a geografia pode ser utilizada como ferramenta de serviço a interesse de grupos dominantes, sendo ele(s)

- A. () Apenas políticos
- B. () Apenas econômicos
- C. () Políticos, militares e econômicos
- D. () Nenhuma das opções acima

14. Durante a Segunda Guerra Mundial, quais eram os países que faziam parte do “Eixo”?

- A. () Alemanha, União Soviética e Japão
- B. () Alemanha, Itália e Japão
- C. () França, Reino Unido e Alemanha
- D. () Japão, China e União Soviética

15. Durante a Segunda Guerra Mundial, quem eram os países “Aliados”

- A. () Reino Unido, Japão e China
- B. () Alemanha, Estados Unidos e França
- C. () Estados Unidos, Alemanha e Japão
- D. () Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, França e China

16. A Guerra Fria (1947-1991) foi o período de tensão entre dois blocos, sendo eles bloco capitalista e o bloco socialista, representados respectivamente por:

- A. () Reino Unido e França
- B. () Alemanha e União Soviética
- C. () Estados Unidos e China
- D. () Estados Unidos e União Soviética

17. No período de Guerra Fria, o conceito de Ocidente passa por um processo de “regionalização” por parte de algumas instituições capitalistas, desconsiderando o Meridiano de Greenwich que divide o mundo em Oriente (Leste) e Ocidente (Oeste), diante disso, quais países são considerados “Ocidentais” mesmo estando a Leste do Meridiano?



Figura 1: A divisão entre Ocidente e Oriente segundo o Meridiano de Greenwich

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>

Acesso em: 23/08/2024

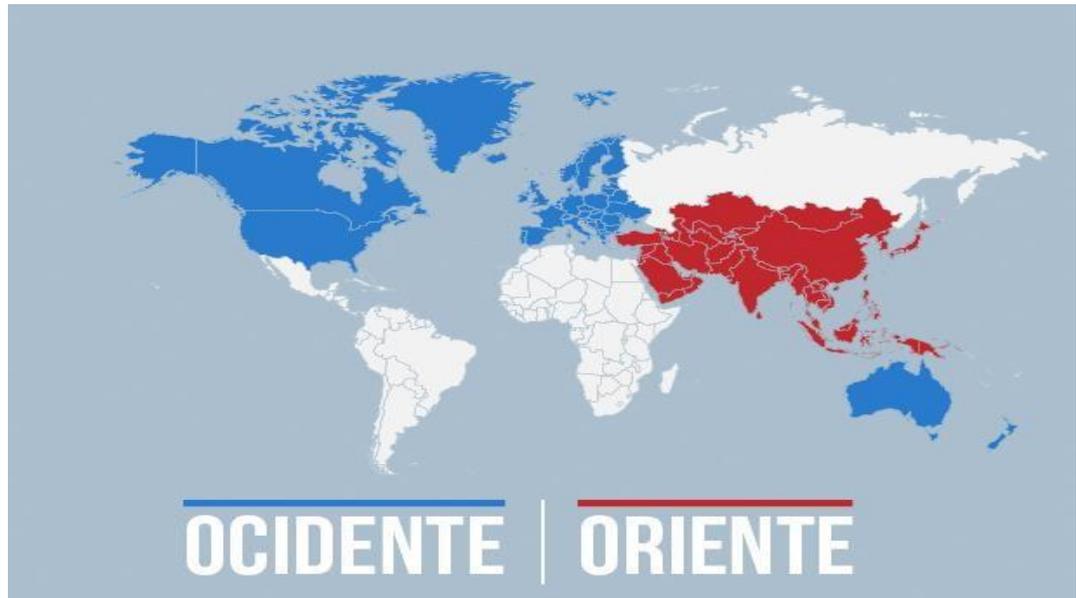


Figura 2: A divisão entre Ocidente e Oriente segundo critérios (Geopolíticos, econômicos e culturais)

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/24/brasil-nao-e-pais-ocidental.htm>

Acesso em: 23/08/2024

- A. () Japão e Rússia
- B. () Austrália, Nova Zelândia e boa parte da Europa
- C. () China e Índia
- D. () Turquia e Paquistão

18. Em 1949, o território da Alemanha foi formalmente dividido após a Segunda Mundial, dando origem a Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, para fins de orientação e localização o termo Oriental e Ocidental refere-se a:

- A. () Norte e Sul
- B. () Leste e Oeste
- C. () Norte e Leste
- D. () Sul e Oeste

19. Como a globalização afeta a Geopolítica contemporânea?

- A. () Diminui a importância das fronteiras e facilita cooperação entre os países
- B. () Anula completamente os conflitos territoriais
- C. () Propaga o protecionismo e reforça a soberania nacional
- D. () Anula completamente os interesses das potências político e econômicas

20. O que o Ensino de geopolítica pode promover aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental:

- A. () Consciência global, pensamento crítico e compreensão histórica
- B. () Generalização dos fenômenos sociais
- C. () Apenas um olhar estratégico em relação recursos naturais
- D. () Somente decorar o nome dos países e suas capitais